

Decrescimento, Democracia e Novos Territórios
Experimentações para um mundo em transição

Nome: Guilherme CastelBranco de Guimarães

Serôdio Doutoramento em Ciência Política

Orientadores:

Rogério Roque Amaro – Doutor em Economia
Professor Associado – ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

Giovanni Esposito – Doutor em Ciências Políticas
Professor – Université libre de Bruxelles

Dezembro, 2024

Agradecimentos

Estou grato às muitas pessoas que tornaram este trabalho possível, através do seu apoio, colaboração e entusiasmo.

Ao Rogério Roque Amaro, meu orientador, professor Associado Jubilado do Departamento de Economia Política, da Escola de Ciências Sociais e Humanas (ECSH), do ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa, coordenador da Área de Investigação de “Economia e Globalização”, no CEI-IUL - Centro de Estudos Internacionais (ESPP) do ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa, por ter embarcado sem hesitação nesta aventura académica, convencido e sempre entusiasta da importância da existência da mesma. Esta tese não teria sido possível, nem teria a mesma qualidade, sem as suas sucintas e sempre enriquecedoras intervenções. O professor abriu literalmente a porta para um novo mundo de ideias, possibilidades e referências, fazendo com que o trabalho com ele tenha sido um fantástico e permanente desafio intelectual.

Ao Giovanni Esposito, meu co-orientador e amigo, Diretor da Unidade de Investigação em Políticas e Administração Públicas da CEPAP, e Professor de Políticas Públicas e Administração na Universidade Livre de Bruxelas, pela sua disponibilidade e paciência permanentes, pela sua escuta ativa, e pelo seu conhecimento profundo e amizade, que permitiu sempre conversas mais desafiantes, mais longe, mais estruturantes e enriquecedoras.

Agradeço também profundamente à Lia Vasconcelos, Professora na Universidade Nova de Lisboa (Departamento de Ciências e Engenharia do Ambiente/Faculdade de Ciências e Tecnologia) e investigadora do MARE – Ciências do Mar e do Ambiente, pelo seu apoio e entusiasmo desde o primeiro momento. O seu conhecimento sobre práticas coletivas, e a sua presença física e intelectual estão impressas ao longo deste doutoramento, e merecem todo o meu reconhecimento.

À minha mulher, companheira e amiga, Allena Svoboda, devo a mais profunda das gratidões. A sua inteligência, o seu espírito crítico e mordaz, o seu amor e apoio incondicional foram trave mestra desta aventura, como de tantas outras. O amor que vivemos tem um silêncio e uma paz intensa que me concederam o tempo e a concentração para me concentrar e conseguir dedicar durante 4 anos à escrita desta tese.

Agradeço também, como não podia deixar de o fazer, à minha mãe, ao meu pai, às minhas irmãs, que sempre me confrontaram e confortaram, à vez, conhecendo-me e apoiando-me sempre profundamente. São a grande sorte da minha vida, pilares essenciais de quem sou, de como me envolvo, escrevo, sinto, amo e raciocino.

Às gentes de Montemor-o-Novo, locais e estrangeirados, por nestes anos me terem aberto tantas portas e corações, por embarcarem comigo em aventuras, por me desafiarem, me construírem, me ensinarem, por estarem aí. Sem a magia com que, juntos, constroem aquela terra diariamente, nada

neste doutoramento seria nem possível, nem real. É um privilégio fazer parte desta família alargada, que teve sempre tempo para disponibilizar as suas agendas preenchidas para as minhas conversas, ideais e entrevistas, com a paciência e o entusiasmo de partilhar memórias, opiniões, preocupações e mesmo estratégias que foram tão fundamentais essenciais para este esforço de investigação trabalho.

E a todos os ativistas que, ao longo de tantos anos, me obrigaram a continuar a fazer perguntas difíceis, me tiraram das minhas zonas de conforto intelectual, me desafiaram com o seu poderoso intelecto, a sua coragem radical, imensa força e criatividade.

Finalmente, o meu especial agradecimento à Fundação para a Ciência e Tecnologia, pelo apoio financeiro concedido no âmbito da bolsa que me concederam, essencial para a realização deste trabalho. Nunca faltou nem tardou um pagamento, nem uma resposta a uma dúvida ou questão. A sua aposta num método de investigação baseado na ação e na implementação prática de infraestrutura social é um importante sinal dos tempos, pelo qual me sinto profundamente grato.

Resumo da Tese

Palavras-Chave: Decrescimento, Transição, Democracia Local, Investigação-Ação, Adaptação, Resiliência

Vivemos um momento crucial da civilização moderna. A abundância energética que experienciámos desde a revolução industrial permitiu os modelos socio económicos que definem o ocidente moderno, mas criou também os imensos problemas ecológicos com que nos deparamos. Importa colmatar duas grandes falhas na literatura em torno deste problema: questionar a viabilidade de um sistema em que a dependência do crescimento económico exponencial é tão profunda e inescapável quanto a impossibilidade desse mesmo crescimento se perpetuar indefinidamente; E perguntar o que podemos fazer, enquanto comunidades, face a isso.

É o que esta tese procura responder, na teoria e na prática. Começa por uma análise macro ao Sistema-Terra (social e biofísico), “afunilando” depois em direção ao território estudado, local, tangível. Utiliza metodologias de investigação-ação, analisa narrativas políticas, e experimenta na prática com novos modelos democráticos e socioeconómicos de gestão coletiva territorial e de empoderamento da cidadania. Escolhe para isto, como caso-prático, uma plataforma cidadã de democracia deliberativa que ousou participar em eleições locais, propondo e debatendo um novo modelo de democracia local.

O resultado desta tese é pessimista na crítica, mas otimista na ação: não, o crescimento económico exponencial não é compatível com os limites biofísicos do planeta; e sim, sentiremos em breve os choques sistémicos do embate tectónico entre essas duas realidades inescapáveis (uma biofísica, outra social). Mas, mesmo não havendo muito a fazer para alterar, global, concertada e

atempadamente, as grandes orientações geoestratégicas da modernidade, há muito a fazer, enquanto comunidades ou regiões, para enfrentar esses choques de ruptura da normalidade que se avizinham: gestão comunitária, estratégias de empoderamento desde as bases, e criação de novos modelos de produção e administração comunitária e territorial, adaptadas a um mundo em transição.

i

Thesis Summary

Keywords: Degrowth, Transition, Local Democracy, Action Research, Adaptation, Resilience We are living at a crucial moment in modern civilization. The energy abundance we have experienced since the industrial revolution has enabled the socio-economic models that define modern Western society but has also created the immense ecological problems we now face. It is important to address two major gaps in the literature surrounding this issue: questioning the viability of a system where the dependence on exponential economic growth is as deep-rooted and inescapable as the impossibility of such growth continuing indefinitely; and asking what we can do, as communities, in response.

This is what this thesis aims to answer, both in theory and in practice. It begins with a macro analysis of the Earth system (social and biophysical), then "funnels" down to the studied territory, which is local and tangible. It uses action-research methodologies, analyses political narratives, and practically experiments with new democratic and socio-economic models for collective territorial management and citizen empowerment. To this end, it focuses on a citizen platform for deliberative democracy that dared to participate in local elections, proposing and debating a new model of local democracy.

The result of this thesis is pessimistic in its critique but optimistic in its action: no, exponential economic growth is not compatible with the planet's biophysical limits; and yes, we will soon feel the systemic shocks of the tectonic collision between these two inescapable realities (one biophysical, the other social). While there may not be much that can be done to change the overarching

geostrategic directions of modernity on a global, concerted, and timely basis, there is much that can be done as communities or regions to face these disruptions to normality that are approaching: community management, grassroots empowerment strategies, and the creation of new models of community and territorial production and administration adapted to a world in transition.

Glossário de Siglas

- AMORA - Associação de Moradores do Rio Almansor
- BCE - Banco Central Europeu
- BE - Bloco de Esquerda
- BP - *British Petroleum* (multinacional petrolífera)
- CDS - Centro Democrático e Social
- CDU - Coligação Democrática Unitária
- CEI-IUL - Centro de Estudos Internacionais do ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa •
- CIMAC - Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central
- CMMoN - Câmara Municipal de Montemor-o-Novo
- COVID-19 - Doença do novo coronavírus SARS-CoV-2
- EC - Estação Cooperativa
- EU - União Europeia / EU – European Union
- FAO - Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura •
- FCT - Fundação para a Ciência e a Tecnologia
- HELCOM - Comissão de Proteção do Meio Marinho do Báltico
- ICNF - Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas
- IMI - Imposto Municipal sobre Imóveis
- INE - Instituto Nacional de Estatística
- IPBES - Plataforma Intergovernamental sobre Biodiversidade e Serviços Ecos sistémicos •
- IPCC - Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas
- IRS - Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares
- IRC - Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas
- MoVivo – Montemor-o-Vivo (plataforma eleitoral de democracia deliberativa) •

MOR - Moeda Local de Montemor-o-Novo

• NPF - *Narrative Policy Framing*

• OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico •

ONG - Organização Não Governamental

• ONU - Organização das Nações Unidas

• PECBMS - Pan-European Common Bird Monitoring Scheme

• PDM - Plano Diretor Municipal

• PME - Pequenas e Médias Empresas

• PS - Partido Socialista

• QREN - Quadro de Referência Estratégico Nacional

• UE - União Europeia

• WWF - *World Wide Fund for Nature*

iii

Índice

Agradecimentos.....	
Resumo	da
Tese.....	i Thesis
Summary.....	ii
Glossário de Siglas	
iii	Índice
.....	iv
Índice de Figuras.....	
viii	Índice de
Tabelas.....	ix
INTRODUÇÃO.....	
1	
A importância do tema abordado	
.....1	Níveis de

Análise.....	2
Perguntas de Partida	
.....6	Objetivos da
Investigação.....	7
Objetivos principais:	7
Objetivos secundários:.....	8
Metodologias adotadas.....	9 A
estrutura da tese	11
Notas introdutórias finais.....	13
	REVISÃO DE
LITERATURA.....	16 1)
CAPÍTULO I – DAS NARRATIVAS POLÍTICAS.....	18 1.1 -
Sua Importância: Narrativas como instrumentos de desenho de realidades sociais....	18 1.2 -
Pré-análise Crítica de algumas das principais Narrativas Políticas da modernidade: ...	20 1.2.1 - O
Crescimento Económico Exponencial	20 1.2.2 - A
Democracia Ocidental Moderna	26 2) CAPÍTULO II
– ECOLOGIA: REALIDADE OBJETIVA OU NARRATIVA POLÍTICA?	35 2.1 - Revisão
histórica da ecologia global.....	35 2.2 - A “ecologia
de estado” e os movimentos sociais.....	38
	iv
2.3 - Ecologia, a filha preterida	40 2.4
- Avaliação crítica da situação ecológica atual.....	46 3)
CAPÍTULO III - A GRANDE INCOMPATIBILIDADE	52 3.1 -
Crescimento Económico vs. Ecologia.....	53 3.2 - O
presente desenho do sistema global	56 4)
CAPÍTULO IV - NOVAS VISÕES E ALTERNATIVAS.....	59 4.1 - A
natureza das crises e suas oportunidades.....	59 4.2 -
Narrativas (e) políticas alternativas.....	61 4.3 - O

Decrescimento enquanto filosofia crítica	68	4.4 -
Críticas construtivas ao decrescimento enquanto corrente	74	4.5 -
Justiça Ecológica e Social	80	4.6 -
Democracia e Decrescimento - a luta por novos paradigmas.....	85	4.7 - A
importância do Local	96	4.8 -
Conclusão preliminar (da base teórica).....	101	
METODOLOGIA.....	10	
6 5) CAPÍTULO V – METODOLOGIAS UTILIZADAS	106	
5.1 - Investigação-Ação.....	111	5.2
- Etnografia como método de IA.....	120	5.3 -
Etnografia Crítica, Participante e Reflexiva	122	5.3.1
Estrutura das Sessões de Composição Coletiva do Programa Político.....	129	5.3.2 -
Estrutura da Sessão Final de Sistematização.....	130	5.4 - Análise
de Narrativas Políticas.....	131	5.5 - Ética e
subjetividade no real social.....	135	6) CAPÍTULO VI
- DESENHO E IMPLEMENTAÇÃO DA INVESTIGAÇÃO.....	140	6.1 – Algumas
precauções éticas e metodológicas	140	6.2 -
Circunstâncias políticas e pessoais do investigador.....	142	6.3 -
Localização e análise do caso de estudo identificado	146	
Montemor-o-Novo, Alentejo, Portugal		v
.....	146	6.4 - Mapeamento de atores (políticos e
da sociedade civil) em Montemor-o-Novo	151	6.5 - Da investigação (á) prática
.....	156	
6.5.1 – Precauções relativas à investigação.....	156	6.5.2 -
Abordagem crítica e dialética	157	RECOLHA E
ANÁLISE DE DADOS.....	159	7)

CAPÍTULO VII – A Montemor-o-Vivo – Sua História e Natureza	159	7.1 - A
razão de ser da Montemor-o-Vivo	159	7.2 - A
História da MoVivo.....	163	7.3 - As
reuniões, explicadas e facilitadas	175	7.4 -
Listagem de personagens arquétipos.....	185	7.5 - A
campanha eleitoral.....	193	7.6 –
Reflexões pós-eleitorais.....	198	7.7 -
Reflexões parciais do Capítulo, a partir da sessão final de sistematização.....	208	7.7.1 - A
estrutura da sessão de Identidade Coletiva da MoVivo.....	210	7.7.2 –
Principais resultados da sessão coletiva MoVivo (passado e impacto).....	217	8) CAPÍTULO
VIII – MOVIVO - PERSPETIVAS COMPARATIVAS E PROPOSTAS DE FUTURO .	220	8.1 – Principais
Elementos das Narrativas Políticas.....	220	8.1.1 –
Apresentação Comparativa de Narrativas Políticas (por via de entrevistas)	220	8.1.1.1 -
Narrativas Políticas: Democracia Local.....	222	8.1.1.2 -
Narrativas Políticas: Economia Local	224	8.1.2 –
Apresentação Comparativa de Narrativas Políticas (por análise documental)	226	8.1.2.1 -
Narrativas Políticas: Democracia Local.....	228	8.1.2.2 -
Narrativas Políticas: Economia Local (na ruralidade):	230	8.2 - Análise
comparativa das narrativas políticas exploradas”	232	8.3 – MoVivo –
Desafios para o Futuro	240	CONCLUSÕES
.....	249	
		vi
9) CAPÍTULO X: CONCLUSÕES E PRÓXIMOS PASSOS	249	9.1 –
Resposta às Perguntas de Investigação	249	9.1.1 –
Resposta à Primeira Pergunta de Investigação.....	249	9.1.2 -
Resposta à Segunda Pergunta de Investigação	255	9.2 - Resumo
dos Principais Resultados	261	9.3 - Reflexão
sobre as metodologias utilizadas.....	262	9.3.1 - Análise de

Narrativas Políticas.....	262	9.3.2 - Investigação
Ação	265	9.4 - Da emergência e da
natureza do possível.....	270	9.4.1 - Das Narrativas
Políticas	270	9.4.2 - Do Decrescimento
.....	271	9.4.3 - Da
Investigação-Ação.....	275	9.4.4 - Da
Democracia Deliberativa	276	9.4.5 - Da
Facilitação.....	280	9.4 -
Importância Política da MoVivo	284	9.5 -
Propostas de políticas públicas.....	285	9.6 -
Novas perguntas de investigação.....	288	
		REFERÊNCIAS
BIBLIOGRÁFICAS.....	290	
ANEXOS.....	31	
		4 Anexo A – Tabelas de Análise detalhada de Narrativas
Políticas.....	314	Relativas à Democracia
Local.....	314	Relativas à Economia
Local:.....	320	Anexo B – Padrões para
tomada de decisão conjunta	328	Anexo C - Organização
& Processo: Desenho das sessões temáticas	355	Sessões
coletivas.....	355	1ª sessão
MoVivo	355	2ª sessão
MoVivo.....	359	
		vii
3ª – 7ª sessões MoVivo.....	366	8ª
sessão da MoVivo.....	371	
Seleção de candidatos.....	371	
Acordo de relação entre candidatos e a MoVivo	372	

Tiragem à sorte de candidatos	373 9ª
sessão MoVivo.....	374
Anexo D - Programa eleitoral final da Montemor-o-vivo.....	377
ANEXO E – Desenho de Sessão sobre a Identidade Coletiva da Montemor-o-Vivo.....	400

Índice de Figuras

Figura 1.1 - Estrutura conceitual do relatório "Limits to Growth"	22
Figura 1.2 - Diagrama Simplificado representando a ultrapassagem (overshoot) e o colapso da capacidade de carga de um ecossistema.....	25
Figura 2.1 - A grande Aceleração.....	47
Figura 2.2 - Aumento do número de metais utilizados de acordo com a evolução tecnológica ..	49
Figura 4.1 - Mix energético mundial, em termos relativos (%)	70
Figura 4.2 - Mix energético mundial, em termos absolutos.....	70
Figura 5.1 - Ciclos de investigação e definição de epistemologia durante a investigação-ação ..	118
Figura 7.1 - Quadro com motivações e primeiras intenções.....	166
Figura 7.2 - Nuvem de palavras sobre "motivações" nos participantes da MoVivo	167
Figura 7.3 - Primeira proposta de estrutura para sessões de trabalho da MoVivo.....	170
Figura 7.4 - Exemplo de cabeçalho de documento aberto e partilhado	177
Figura 7.5 - Personagem "Maria de Lurdes" em campanha eleitoral pela MoVivo	191
Figuras 7.6 - interações com a população durante a campanha eleitoral.....	195
Figura 7.8 – Escala de Participação Cidadã	204
Figura 7.9 – Conselho local de Adaptação às Alterações Climáticas de Montemor-o-Novo.....	205
Figura 7.9 – Género e idade dos participantes sessão coletiva MoVivo em Abril de 2024.....	209
Figura 7.10 - Percurso de Reunião", com divisões transversais de momentos difusos e focados, e de reflexão e autonomia.....	210
Figura 7.11 - Rotação de participantes (círculos castanhos) entre mesas (numeradas).....	212
Figura 7.12 - Quadro de objetivos explícitos da Sessão	214
	viii
Figura 7.13 – Avaliação coletiva preenchida pelos participantes da Sessão.....	215
Figura 7.14 - Folha de construção coletiva da linha temporal da MoVivo - de 2021 até hoje....	216
Figuras 7.15 – Recolha de notas sobre impactos, desafios e lições da MoVivo.....	217
Figura C.0.1 - Divisão de ideias específicas em temas gerais	360
Figura C.0.2 - Sinalética utilizada nos protestos de Occupy Wall Street (em NY, 2011) para a	

eficácia	de	tomada	de	decisão	coletiva
.....					362
para composição deliberativa de subtemas de discussão					366
autonomia de ideias e interligações					368
temporais e de autonomia, preenchidas nas reuniões da MoVivo					368
Esquemática de disposição de ideias					370

Índice de Tabelas

Tabela 5.1 - Estrutura Sessões coletivas de Desenho de Programa Político	130
Tabela 5.2 - Estrutura Sessão Final de Sistematização	131
Tabela 5.3 - Esquematização da abordagem da Narrative Policy Framing	134
Tabela 6.1 - Proto-mapeamento do ecossistema social de transição em Montemor-o-Novo	154
Tabela 7.1 - Esquematização das Sessões Coletivas da MoVivo	183
Tabela 7.2 – Desenho da sessão coletiva de reflexão da MoVivo	211
Tabela 8.2 - Narrativas Políticas utilizadas na Economia Local (recolhidas nas entrevistas)	224
Tabela 8.3 - Apresentação comparativa de Narrativas Políticas (análise documental)	228
Tabela 8.4 - Apresentação comparativa de Narrativas Políticas (análise documental)	230

INTRODUÇÃO

A importância do tema abordado

Esta tese é escrita num momento fulcral da aventura humana. É feita em busca de próximos passos que nos permitam continuar a viver esta aventura de formas sustentáveis, adaptadas às culturas e condições existentes em cada território. Enquanto humanidade encontramos-nos num ápice da nossa capacidade técnica e inventiva. Mas aquilo que nos incentiva e para o qual apontamos a enorme maioria da nossa criatividade e produtividade - o crescimento económico exponencial a todo o custo - é antagónico às estabilidades do sistema-terra que permitiram que aqui chegássemos.

Esta abordagem, alimentada pelo modelo industrial extrativista que alicerçou os nossos modos de vida até à modernidade presente, deixou de ser compatível com os equilíbrios naturais. O que torna esse modelo social altamente instável e, em última análise, terminal. Porque, recorrendo à redundância, não é possível viver em antagonismo com a Natureza. Urge por isso encontrar novas orientações e organizações socioeconómicas em busca de novos equilíbrios e visões *sociais* de futuro. E há que fazê-lo, devido aos variados constrangimentos políticos e socio-económicos, experimentando, territorial e corajosamente, encontrando pontos de estabilidade e desejo que mobilizem corpos e corações, e ao mesmo tempo estabelecendo linhas vermelhas que não podemos (permitir) ultrapassar. Numa altura de cada vez mais graves e acelerados desenvolvimentos ecológicos e socioeconómicos por todo o globo, exacerbados pela crise sanitária do Covid-19 e pelas guerras da década de 2020, este trabalho de investigação sobre transições socioeconómicas é tão relevante quanto urgente.

Porque esta é uma história de um ser altamente social, o humano, é omnipresente a recorrência das narrativas sociopolíticas, pilares das diferentes realidades sociais desde o início das civilizações. A interiorização de que conceitos e narrativas sociais são meros elementos “inventados” – ou seja, não “naturais” - permite que o leitor se “abra” à desconstrução metodológica dos mesmos. Na luta por uma transição capaz de extravasar narrativas hegemónicas (como a do Crescimento Económico Exponencial a que as nossas sociedades se encontram presentemente amarradas, ou a das formas de Democracia Ocidental Moderna defendidas como “o fim da história”), este aspeto é da maior importância.

A problemática abordada nesta tese é uma que afeta a quase-totalidade da socio-economia humana, organizada atual e globalmente em torno do crescimento económico exponencial, e à qual Portugal não é uma exceção. Propomos então partir de uma revisão do estado atual dos equilíbrios ecossistêmicos e biofísicos do planeta para analisar, desconstruir e explorar a pertinência e a urgência

1

de uma busca por alternativas. Alternativas sociais, económicas e de organização comunitária - desde

as bases, bem como institucionais.

Níveis de Análise

O desenho desta tese começa assim por explorar e apresentar uma visão dos “macros” ecológico e político-económico, e vai-se aproximando – afunilando – da realidade estudada (de nível local e comunitário). Parte-se de uma revisão macro, histórica, da indústria e da sociedade fóssil, da resultante democracia ocidental, e dos imperativos impostos quer pelo desenho, quer pela narrativa do crescimento económico exponencial que os une. A revisão de literatura para este esforço de investigação debruça-se também a questão da “escala”. O facto de uma concertação de uma nova narrativa socioeconómica a nível global, apesar de importante, ser difícil -senão impossível- de atingir em “tempo útil”, leva a que esta investigação “afunile” o seu foco de interesse, estudo e prática.

Identifica-se assim a existência (generalizada) de um problema de escala e de enquadramento na abordagem típica a estas investigações (em torno de transições sociais), em que os “sistemas globais” são sistematicamente e abusivamente referenciados como únicos objetos referenciais. Ou seja, estes problemas – como por exemplo o climático – são vistos como problemas “da humanidade”, que teriam – por isso e forçosamente – de ser resolvidos pela “humanidade” como um todo (Brand, 2016). No entanto, como adverte Benasayag,

“quem quiser refletir e abordar esta questão pela globalidade depara-se com uma imensa quimera: Porque a globalidade só existe sob a forma de uma multiplicidade de perífrases de uma frase que não existe. E qualquer pretensão de abordar esta dimensão global frontalmente, como um todo, condena-nos, na melhor das hipóteses, à impotência de uma narrativa meramente ideológica e, na pior, à moral adulterada dos mestres libertadores” (Benasayag & Cany, 2021, pp. 261).

Ora esta leitura da problemática das múltiplas crises do sistema global por via de “mega conceitos” não só tem o efeito de retirar da esfera da possibilidade a resolução dos mesmos (especialmente a um nível mais humano e local), como leva também a que a “sociedade como tal, suas estruturas e forças motrizes, fatores estabilizadores e crises, e seus atores com suas condições de existência e recursos de ação, ou mesmo constelações de atores ou relações de forças” (Brand, 2016, pp.5), não recebam atenção suficiente – porque não serão nunca suficientes para resolver o problema como um todo global, independentemente da sua escala em relação ao todo macro.

Resumindo: leva ao sentimento de que tentar fazer qualquer coisa que não implique conseguir que a UE, a China, os EUA, a Rússia, o Brasil e todos os outros países comecem a tornar-se “super sustentáveis”, proibir efetivamente os combustíveis fósseis e todo o tipo de produção e venda de plástico, parar toda a indústria poluente, etc., *rapidamente e em simultâneo* – então essa *qualquer coisa* não vale a pena ser feita. Porque não bastará nunca. Porque o resto do macro sistema irá continuar a consumir-se, arrastando consigo todos os ganhos conseguidos localmente com recursos a abordagens mais *micro*.

Se isto, por um lado, não é totalmente falso como argumento, também não deixa de o ser. Porque, face aos choques sistémicos e encadeados que já se sentem e aos outros que se avizinham, a construção de comunidades resilientes (i.e., de base territorial próxima, capazes de assegurar produções e consumos locais, com economias funcionais e sociedades justas e seguras) será essencial - para nos ancorarmos nos conturbados tempos vindouros. Mas também porque só assim lançaremos as raízes de novos modelos socioeconómicos para o tal futuro de pós-crescimento que, num planeta com recursos finitos, e como dita a biofísica, chegará, mais tarde ou mais cedo, e “*a bem ou a mal*” (Servigne & Stevens, 2015).

Esta escolha de abordagem é então justificada pela necessidade, prática e impacto almejados, transferindo a investigação académica para a prática territorial num enlace de conhecimento, experimentação e tangibilidade a que todo o doutoramento apela.

“Nenhuma teoria, nenhuma regulamentação moral ou política pode substituir as explorações múltiplas e contraditórias de novos modos de existência. Longe de ser uma distração “do que é importante”, ou uma qualquer falta de afrontamento ao instituído, estas práticas atingem, mais cedo ou mais tarde, um ponto de massa crítica no seu desenvolvimento, onde se confrontam inevitavelmente com a ordem e o poder estabelecidos. A nossa época convoca-nos para um compromisso sem promessa, exceto talvez a íntima e magnífica que nos recorda que a vida depende da ação.”

(Benasayag & Cany, 2021, pp.286)

É também nesta linha que se defende que as estruturas e processos de condução política ou de governança devam sempre ser entendidos como co-constitutivos dentro dos próprios processos sociais, suas estruturas, e mesmo da relação de cada sociedade com a natureza (Brand, 2016). Defende-se então uma componente prática de experimentação e já de proto-implementação de

alternativas socioeconómicas. Fazendo uso da reflexão Gramsciana sobre o poder do pessimismo do intelecto, aliado ao otimismo da vontade (de fazer, experimentar, acreditar), reconhecemos (também com Gramsci) que *“a crise [atual] consiste precisamente no facto de que o velho [mundo] está a morrer, não deixando no entanto nascer o novo”* (Gramsci, 1971, pp.276). De acordo com Boothman, o mesmo Gramsci relembra, importantemente, que um modo de desenvolvimento estável que inclua crises menores -ou mesmo protestos massivos-, mas nunca nenhuma mudança fundamental em direção a um desenvolvimento de um novo paradigma, constitui e incorpora um bloqueio histórico (Boothman, 2017).

Ao reconhecermos que não vivemos nem no “fim” da história, nem no “fim” da criatividade socioeconómica, nem no “fim” do próprio desenho da democracia, encontramos-nos de facto um momento **Gramsciano**: bloqueados pelo desenho socioeconómico em torno do crescimento a todo o custo, num mundo natural em cuja essa equação por um lado antagoniza todos os equilíbrios, e por outro impede todas as alternativas (Kallis & March, 2015; Mancuso & Viola, 2016).

Evocando aqui Viriato Soromenho Marques:

“ao isolarmos o sintoma mais saliente da crise global do ambiente (de emissões de GEE), da raiz onde esse sintoma mergulha (o crescimento económico exponencial, e uma noção de progresso e de identidade humanas baseados exclusivamente em indicadores materiais como o PIB), estamos a contribuir para aumentar os erros de pensamento que conduzem, necessariamente, a erros de ação e intervenção sobre a realidade material.” (em Schmidt (org.), 2023, pp.52)

Mas se, como Marx afirma, *“os homens fazem a sua própria história, não nas circunstâncias que desejariam, mas em circunstâncias que já estavam presentes, criadas e transmitidas pelo passado”*¹ (Marx, 1951, pp.5), então é da crítica do “velho” mundo, ainda presente, que emergirão “novos” mundos. É, por consequência, na experimentação nesse mesmo velho mundo, mas já com práticas de um mundo novo, e trabalhando em direção a este, que futuros alternativos podem emergir.

Por outro lado, acolhe-se a crítica, também de Gramsci, de que o “materialismo histórico” de Marx se terá concentrado demasiadamente na parte do “materialismo”, em detrimento da parte do “histórico”. Ou seja, que Marx terá teorizado sobre uma revolução “inevitável”, sem teorizar sobre a necessidade imperiosa de um espírito revolucionário latente que permita e perpetue essa mesma revolução. Gramsci acredita, emprestando essa crença à base deste projeto de investigação, que uma

¹ Traduzido livremente do inglês

revolução bem-sucedida exigirá mais do que apenas poder económico ou político. Exigirá, sim, uma mudança cultural e ideológica profunda capaz de desafiar permanentemente o domínio das classes e das narrativas dominantes, alimentando uma estratégia a longo prazo que envolva a construção de um movimento social de base alargada, e a criação de novas culturas e visões políticas aptas a desafiar a ordem hegemónica dominante (Adamson, 1980; Gramsci, 1971). Assim, procura-se aqui contribuir também para a emergência de um espírito revolucionário, como evocado por Gramsci: por um lado experimentando prefigurativamente com novos meios de produção e gestão territorial – condição essencial para a emergência de uma revolução social (Angelis, 2017) cada vez mais urgente; por outro, entrando em dialética profunda entre o macro e o local, trabalhando com movimentos sociais que arriscam as fronteiras do possível, que experimentam, que resistem, e que aglomeram.

Há, no entanto, que não perder de vista a perspicaz observação de Žižek, de que “*o declínio da autoridade não garante automaticamente a emancipação*”² (Žižek, 2015, pp. 97). Quer isto dizer que as estruturas emancipatórias devem começar a ser trabalhadas o mais rapidamente possível – quer numa ótica de libertação e emancipação (do capitalismo, por exemplo), quer numa ótica de preparação para as expectáveis turbulências sistémicas que, como este doutoramento explorará, o ultrapassar de limites sistémicos pelas forças extrativistas termo-industriais lançará sobre as nossas sociedades. A ausência destas estruturas emancipatórias, à medida que os Estados se virem ultrapassados pela complexidade da policrise, engendrará, pelo contrário, novas e muito mais agudas formas de repressão e controlo, em nome da cada vez mais desejada “ordem”.

Esta investigação defende e adota assim (como resumem bem Levin et al. (2012)) uma análise documental de documentos prospetivos capaz de estabelecer caminhos incrementais de transição para a sustentabilidade, com o intuito expresso de procurar desencadear efeitos dominó rumo a mudanças comportamentais que reúnem apoio e alcance no curto e médio prazo. E ancora-se também na crença, partilhada com grande e crescente número de autores (ver por ex. Mourato & Bussler, 2019), que a maioria das inovações socio-tecnológicas se dão a um nível micro. É aqui que pequenas iniciativas e/ou grupos locais, autónomos de estruturas institucionais, conseguem experimentar mais facilmente com soluções e práticas alternativas, avançando assim padrões experimentais capazes de desafiar os paradigmas dominantes do que é considerado progresso e desenvolvimento.

É por isso natural que seja também nestas iniciativas que se contesta a noção mesma de “progresso”, numa época em que o mito do progresso compõe a estrutura íntima do ser humano moderno. As descobertas que vão fazendo, neste domínio e em tantos outros, não são então tanto

² Traduzido livremente do inglês

descobertas, mas sim produções de novas dimensões do real e de possíveis na autoprodução do mundo. Porque não buscam “outros mundos possíveis”, mas sim outros possíveis dentro deste mundo, que é o único existente (Benasayag & Cany, 2021).

Procura-se então e também aqui nutrir abordagens e espaços de experimentação e envolvimento social, de mudanças concretas de hábitos de vida, e de despertar de consciências nas comunidades em que se inserem – as transições profundas e sustentáveis que tão próximas se encontram de mudanças sociopolíticas de longo prazo (Avelino & Wittmayer, 2016).

Perguntas de Partida

De modo a balizar e orientar a inovadora investigação acima descrita, esta tese avança baseada em duas perguntas de partida: uma (P1) focada na parte *macro-conceptual* da análise teórica inicial, outra (P2) na parte *micro-prática* que constitui o corpo principal deste projeto. São elas:

P1 – Qual a viabilidade do presente sistema, dadas as premissas do seu paradigma socioeconómico (baseado no crescimento económico exponencial), o estado atual dos ecossistemas e do ambiente, e a história entre estes dois temas e a ecologia enquanto problemática e movimento civil?

A resposta a esta pergunta basear-se-á i) numa análise de dados e modelos existentes, junto de fontes secundárias, dos indicadores ecológicos a uma escala macro, ii) numa análise comparativa longitudinal dos mesmos, iii) na dissecação da presente e hegemónica narrativa *crescentista*³- utilizando a abordagem metodológica da *Narrative Policy Framing* (NPF)- e iv) na análise qualitativa e comparativa entre limites biológicos e objetivos *crescentistas*.

P2 – Como estruturar alternativas socioeconómicas e democráticas a partir das bases, capazes de compelir a narrativa dominante a receber os seus inputs, e mesmo a considerar a reformulação política do quadro macro?

Com estas perguntas, procura-se atingir alguns objetivos principais, e outros secundários, capazes de avançar conhecimento e transição paralelamente.

³ A utilização do termo “*crescentista*” em todo este projeto de investigação é propositada, de modo a não ser confundido (apenas) com capitalismo. Apesar do capitalismo ser, por desenho, *crescentista*, - todos os estados modernos, sem exceção, e independentemente das suas conceções políticas, adotaram um dogmatismo do crescimento económico.

Objetivos da Investigação

Esta iniciativa, que é de investigação-ação, encarna também como um apoio ativo, facilitando a experimentação com uma plataforma de democracia deliberativa local, apoiando-a na sua tentativa de empoderamento desde as bases e na ligação entre esta e outros movimentos com atores institucionais. Ao envolver-se ativamente com a comunidade e as instituições, este projeto de investigação tem como objetivo principal catalisar mudanças tangíveis no território de estudo, fomentando uma relação frutífera e ativa entre movimentos locais e o panorama político mais amplo em que se inserem. É aí que aplica a sua prática académica, recolhendo informações sobre processos e dinâmicas capazes de responder às perguntas de investigação. Divide-se, nesta seção, os objetivos pretendidos em principais e secundários:

Objetivos principais:

Geração de Perspetivas Práticas: Ao envolver-se ativamente com o movimento da MoVivo, esta investigação procura gerar perspetivas em tempo real sobre os desafios, aspirações e narrativas da comunidade local. Este envolvimento prático constitui uma contribuição crucial, diminuindo a lacuna entre a teoria e as experiências vividas dos movimentos sociais.

Lições práticas capazes de nutrir uma Mudança Social: Pretende-se que os resultados obtidos forneçam recomendações acionáveis, procurando aconselhar os atores dos movimentos sociais, os académicos e mesmo os decisores políticos na compreensão das complexidades dos movimentos de base, facilitando estratégias de mudança social mais informadas e eficazes. Pretende informar também como movimentos de base podem levar a que as instituições sejam compelidas a interagir, eventualmente revendo a sua própria estrutura organizativa.

Revitalizar o conceito de Democracia: num momento em que se assiste a um declínio na participação dos cidadãos nas eleições na Europa, questionando mesmo a legitimidade dos governos eleitos e da democracia representativa (Ortiz et al., 2021), este doutoramento propõe enriquecer o conceito de democracia. Fá-lo experimentando, re-concetualizando, combinando-o com outros conceitos como ecologia, transição social e construção de comunidades resilientes. Fá-lo, reconhecendo também que o “desligamento” das massas populares, tantas vezes acusadas de desinteresse pelas elites militantes, resulta também de um “saber popular” tantas vezes defraudado nas suas expectativas por uma elite política longe da sua realidade e interesses. Procura-se por este meio responder a mais um apelo repetido ao longo desta tese: o de que “*neste mundo pós-político, urge construir um “agir político” (...) dentro de uma certa prudência que não exclua nem a radicalidade, nem a utopia – estruturando-as, no entanto, de outra maneira*” (Benasayag & Cany, 2021, pp. 257).

Recomendações de Políticas Acionáveis: Procura-se avançar recomendações políticas práticas, fundamentadas nos resultados da investigação, para potenciar movimentos de base, e fortalecer a sua colaboração com os atores institucionais. Procura-se também oferecer recomendações a decisores políticos, capazes de reforçar o seu compromisso com a democracia, bem como dinâmicas democráticas aprofundadas em Portugal e por todo o Ocidente, capazes de voltar a envolver a entusiasmar a cidadania, e a voltar a legitimar processos de decisão e envolvimento da população. Estas recomendações servem também como resultados tangíveis desta investigação, apoiando ativamente a democracia local e o desenvolvimento sustentável em Montemor-o-Novo, e sugerindo novas abordagens e modos de atuação a outros movimentos de cidadania.

Objetivos secundários:

Aplicar a Análise de Narrativas a Contextos de Movimentos de Base: Aplicar a o estudo de narrativas políticas a um ambiente de movimento de base fornece uma nova perspetiva de análise. Revela como as narrativas dentro dos movimentos sociais são construídas, moldando a identidade coletiva e a ação. Esta aplicação amplia o alcance desta metodologia, até agora tradicionalmente utilizada para contextos institucionais, enriquecendo a sua aplicabilidade e ampliando os seus limites teóricos.

Clarificação e reforço da Identidade Coletiva dos Movimentos: Nos seus termos práticos, procura-se com esta investigação ajudar a definir uma identidade coletiva emergente. Isto é conseguido por via da participação, da crítica construtiva, da proposição de metodologias e processos, de uma análise rigorosa de narrativas usadas, e da realização de entrevistas. Consequindo elucidar a identidade coletiva em relação à suas próprias dinâmicas e princípios, à democracia local e ao crescimento económico, procura-se desenhar um arquétipo de um novo tipo de movimento social.

Perspetivas de Colaboração Institucional: Esta investigação procura contribuir significativamente para o campo dos estudos dos movimentos sociais, ajudando a avaliar potenciais parcerias institucionais e fornecendo *insights* valiosos sobre o potencial da análise de narrativas dos vários atores envolvidos. Procura com isto ser capaz de nutrir dinâmicas construtivas, apoiando os esforços que a sociedade civil organizada.

Contribuição para Estudos de Movimentos Sociais: Esta investigação contribui significativamente para o campo dos estudos dos movimentos sociais através da sua combinação única de metodologia de investigação-ação e aplicação do Enquadramento da Política Narrativa (NPF) aos movimentos de base. Destacam-se alguns contributos como a i) compreensão contextual, através da participação

direta e do envolvimento imersivo, captando nuances do ambiente sociopolítico específica do contexto estudado, oferecendo uma análise aprofundada das dinâmicas intrincadas de um movimento

8

localizado; ii) avanço da compreensão de Narrativas de Nível Local: enquanto os estudos dos movimentos sociais se concentram frequentemente em narrativas ditas “macro”, esta investigação pretende aprofundar a compreensão de narrativas ao nível local, dentro dos próprios movimentos. Compreender estas narrativas granulares ilumina as complexidades das preocupações com a democracia local e o crescimento económico, contribuindo com perspetivas matizadas que podem ser generalizadas e aplicadas a diversos movimentos de base.

Pretende-se com isto desenvolver um trabalho de investigação e experimentação socioeconómica voltado para o futuro, ancorado em teorias e configurações políticas alternativas, sólidas e exequíveis. É também por isso que faz parte deste trabalho a pilotagem de novos modelos tangíveis de organização social, capazes de compelir a estrutura macro-institucional, quer a receber os seus *inputs*, quer a considerar a sua própria reformulação política.

Procura-se desta forma que o trabalho académico consiga ajudar ativamente a vislumbrar estratégias de transição eficazes para um mundo pós-crescimento. É pela adoção de métodos investigativos inovadores como a investigação-ação de tipo etnográfico-crítica e participante, que se procurará obter informações e aprendizagens profundas e distintas. Aprendizagens que permitam, não apenas o registo académico da evolução deste tipo de inovações, mas também um tipo de conhecimento emancipador, replicável, que permita a ativação de novos projetos, movimentos sociais e investigações académicas. E que ajude a progredir uma tão necessária transição dos sistemas humanos numa direção mais sustentável e adaptadas às expetavelmente turbulentas décadas que se avizinham.

É esta a visão que energiza este projeto, lhe orienta as perguntas, as abordagens, as escolhas metodológicas e a própria ação.

Metodologias adotadas

Adota-se neste esforço de investigação uma perspetiva de temporalidade limitada (filha da urgência subjacente a esta investigação) para uma transição socioeconómica atempada. Refere-se isto a uma busca por abordagens tangíveis, capazes de ter efeitos sóbrios, reais e mensuráveis face ao predicamento da humanidade no século XXI. Mas também sem perder de vista o horizonte temporal com que nos confrontamos enquanto humanidade na abordagem a este problema. Horizonte este que, apesar da incerteza que caracteriza todos os estudos e “previsões”, é manifestamente reduzido (ver por ex. IPBES, 2019; IPCC, 2022).

A metodologia adotada na análise inicial desta tese é por isso maioritariamente qualitativa,

fazendo uso de fontes primárias e secundárias para avançar revisões históricas, e enquadramentos alternativos de perceções comuns (como de “progresso”, “crescimento do PIB”, “transição

9

energética” e outras). Fá-lo, no entanto, por recursos a indicadores quantitativos inescapáveis, sobretudo em torno da realidade objetiva e repetida e cientificamente comprovada do estado da ecologia e dos ecossistemas globais. Desafia então e assim hegemonias narrativas, cruzando dados objetivos com empirismos inescapáveis – como o da incompatibilidade crónica entre o crescimento económico constante num planeta com limites biofísicos, e a resultante dedução relativamente à capacidade de perpetuação (ou não) deste modelo socioeconómico no futuro.

É esta inescapável e assustadora dedução que leva este doutoramento a ser *pessimista na crítica, mas otimista na ação*. Perante a monstruosidade da tarefa em mãos, adota-se uma investigação de natureza prática, em busca de resultados tangíveis.

A escolha consequente de utilizar a etnografia crítica participante como metodologia principal procura aqui fazer emergir um projeto de investigação prático, baseado na experimentação, e capaz de contribuir para a emergência de novos paradigmas. Novos paradigmas que permitam sonhar, repensar, experimentar e reorganizar coletivamente comunidades e sociedades - no que será necessariamente um tema central no debate político das próximas décadas.

Aceita-se e adotam-se as premissas de vários autores (como Burman, 2018; Dick, 2009; Maeckelbergh, 2009; Stanley, 2008), de que não existe contradição entre envolvimento político ativo e a investigação científica válida e rigorosa – incluindo mesmo a visão de que esta abordagem permite, de facto, produzir um conhecimento mais profundo e completo (Juris, 2007). Na sua metodologia e prática ao longo de todo o esforço investigativo, procura-se então produzir resultados práticos, ativáveis, e passíveis de replicação (ressalvando as previsíveis alterações e adaptações necessárias aos diferentes territórios). Resultados capazes de nutrir impactos num território maior, mas por via da atuação, qual “agulha de acupuntura social”, num território mais pequeno, local e territorial: o Município de Montemor-o-Novo, no Alentejo, Portugal. Foca-se especificamente num projeto comunitário que procura experimentar vias alternativas de transição, empoderamento e interação com o poder institucional – por via de participação no desenho de políticas públicas: a plataforma eleitoral cidadã Montemor-o-Vivo, ou MoVivo.

Para além dos princípios da investigação-ação, o estudo utiliza também o enquadramento e quadro conceptual da Política Narrativa (NPF) para melhor compreender de forma abrangente as perspetivas da plataforma cidadã estudada sobre a democracia local e o (de)crescimento económico. Ao utilizar esta técnica de dissecação de narrativas políticas, este projeto explora também, paralelamente, as atitudes e posicionamentos de atores institucionais, do nível local ao supranacional, relativamente a algumas questões cruciais. A investigação consegue então adotar

uma dialética mutuamente benéfica com a MoVivo, enquanto movimento social de bases, clarificando processos, dinâmicas e narrativas utilizadas, ao mesmo tempo que se promove a colaboração entre o movimento

10

de base e os parceiros institucionais. Isto é conseguido por via da investigação académica e do seu potencial, por via destas metodologias, de impactar e potenciar esferas como a da política institucional, de movimentos sociais ou mesmo do sector privado.

Em resumo, a combinação neste projeto de investigação, de metodologias de investigação-ação (etnografia crítica participante) e de análise narrativa (*Narrative Policy Framing*) em contextos de movimentos de base, enriquece significativamente o estudo do sistema terra, suas dinâmicas, e seus atores, dos supranacionais aos movimentos sociais. Fá-lo, oferecendo perspetivas valiosas sobre as dinâmicas de movimentos localizados, moldando direções futuras de investigação e potenciando atores dos movimentos sociais e académicos.

A estrutura da tese

A estrutura da tese, como já referido, começa com uma análise macro e “afunila” em direção ao local e tangível, procurando aí participar e compreender profundamente dinâmicas de transição que olham e trabalham o seu território, mas se nutrem de análises e compreensões alargadas do predicamento humano em que nos encontramos no momento presente. Faz isto, numa primeira fase, analisando criticamente o contexto socioeconómico do Ocidente Global e suas narrativas políticas centrais: a do crescimento económico exponencial, e a dos sistemas que lhe dão “corpo” político – nomeadamente a dos sistemas representativos liberais (ditas “democracias modernas”) que gerem a maioria das sociedades industriais/ocidentais atuais, incluindo Portugal.

De seguida, olha para a ecologia enquanto realidade objetiva, mesurável e verificável. O objetivo, por um lado, é de procurar enquadrar a investigação e o leitor na urgência e relevância das questões e problemáticas tratadas neste trabalho. Revendo a história da ecologia, e a sua relação com outras “prioridades” das sociedades humanas, depressa se compreende por que é que o estado da Natureza, ao momento de escrita desta tese, é tão alarmante. A interiorização deste facto é condição fundamental para a compreensão da necessidade e urgência da ação, pelo que no final deste capítulo se incorre numa análise crítica do estado atual dos ecossistemas globais. Por isso, e apesar do tanto que já se escreveu sobre o tema, este doutoramento procura expor clara e holisticamente o avançado estado de devastação dos ecossistemas globais – e locais.

O terceiro capítulo dedica-se à análise da grande incompatibilidade entre a modernidade humana, e os seus impactos. Aqui procura-se contrapor realidades objetivas a realidades sociais, de

forma a revelar as incongruências que orientam hoje os nossos modos de vida, e os incompatibilizam com os limites de um planeta finito. Olha-se então para a relação entre equilíbrios biofísicos, e as principais premissas socioeconómicas em que vivemos no Ocidente. É inicialmente revista a

11

abordagem económica (hoje hegemónica) baseada no crescimento constante e exponencial das nossas sociedades; De seguida, explora a da gestão da vida pública, dita “democrática”, obrigada a horizontes temporais curtos, e dependente do mesmo crescimento económico constante, extrativista por natureza, e cronicamente dependente da queima de combustíveis fósseis.

Parte-se depois para o capítulo IV, em busca de novos paradigmas *socio-eco-lógicos*, que procuram equilibrar imperativos biofísicos com as complexas realidades sociais do mundo moderno. Entre eles destacam-se o Decrescimento, a Economia Social e Solidária, o Ecoswaraj, o eco feminismo, e a Justiça Ecológica e Social, entre outros. Algumas destas abordagens alternativas serão, nas fases seguintes desta investigação, “testadas” e analisadas na sua implementação prática, por recurso à etnografia crítica participante e análise dos resultados obtidos pela implementação de novas experimentações de organização social.

Antes de se debruçar sobre o território e o caso de estudo, o capítulo V vem apresentar e defender as metodologias utilizadas nesta fase da investigação. Alonga-se primeiro sobre a relevância e importância da Análise de Narrativas Políticas. E mergulha depois profundamente nas práticas, vantagens e desvantagens da investigação-ação e suas várias vertentes, de modo a fundamentar a escolha da abordagem etnográfica crítica e participante adotada neste esforço de investigação.

Uma vez feita a apresentação metodológica, o capítulo VI vem montar o desenho da investigação, fazendo referência quer às circunstâncias pessoais do investigador (que, em qualquer investigação, influenciam toda a abordagem), quer ao território analisado (mapeando-lhe a história e o ecossistema social de modo a melhor enquadrar a investigação). Reflete também sobre as questões éticas que necessariamente subjazem a qualquer investigação desta natureza, incluindo as em torno da abordagem crítica e dialética que permeiam toda a investigação e todo o envolvimento da mesma com o seu entorno territorial.

É apenas no capítulo VII que se recolhem e analisam os dados presentes no terreno. Começa-se por um pequeno mapeamento de arquétipos de participantes em movimentos sociais, e parte-se daí para a revisão e comparação das diferentes narrativas políticas encontradas no território de estudo. Num segundo momento olha-se mais especificamente para a MoVivo, revendo a sua história, e aprofundando a compreensão das suas abordagens, metodologias, estratégias e, finalmente, caminho eleitoral. Registam-se aqui também as reflexões (individuais e coletivas) dos participantes da plataforma, para as quais este doutoramento contribuiu explicitamente, organizando e registando

sessões coletivas formais e informais em torno do movimento.

No capítulo VIII registam-se e sintetizam-se os principais resultados obtidos neste esforço de investigação, refletindo já sobre as metodologias utilizadas, e abrindo as portas para as conclusões e reflexões finais, que se dão no capítulo seguinte.

12

E é neste capítulo final, o IX, que se avançam, as respostas às perguntas de investigação, e se reflete sobre a emergência e a natureza dos “possíveis” que constituem as nossas realidades objetivas e sociais: das narrativas políticas ao decrescimento, da investigação-ação à democracia deliberativa, passando pelo papel da facilitação no resgate da capacidade de gestão de bens-comuns, como o são as nossas comunidades. É aqui que se reforça o apelo à mobilização política e cidadã, á investigação académica em interação direta com a sociedade civil, que se fazem recomendações políticas e que se fecha esta investigação, que se reflete sobre ela, sobre os seus logros e suas insuficiências, apelando a que se prolongue por outras vias, e que continue a construir-se, bem como ao(s) mundo(s) que a alberga(m) e a rodeia(m).

Notas introdutórias finais

Uma nota sobre a escolha da linguagem adotada: tendo em vista a natureza e intenção deste trabalho de investigação, o mesmo é escrito em Português. Relembrando que a linguagem é um elemento essencial na construção da subjetividade (Kincheloe & McLaren, 2003), pretende-se contribuir para a construção de um léxico e proximidade linguística para quem pretender ler e utilizar e a avançar o debate sobre as descobertas deste trabalho, em Portugal e/ou pela língua portuguesa. Apesar de uma tradução do mesmo ser desejável e mesmo prevista, a ideia inicial é fomentar uma replicação centrífuga a partir do local da ação – neste caso Montemor-o-Novo.

Uma outra nota para as dificuldades e limitações enfrentadas neste trabalho, ressalva que se considerou importante fazer neste momento inicial, de modo a expor fragilidades desde o início, e convidar quer a criticismos construtivos a esta tese, quer à abertura de novas vias de investigação que as faltas da mesma possam potenciar. Por um lado, questão desenvolvida em maior profundidade no capítulo VI desta tese, existe a natureza ativista do investigador, há anos envolvido em movimentos de ação e crítica social e ecológica, que sem dúvida “influenciam” a sua compreensão do problema. O seu passado ativista pode ter introduzido a algum viés de confirmação, levando-o a procurar ou interpretar dados que validem as suas crenças prévias, o que potencialmente distorce a análise dos resultados. Não obstante o facto de não existirem abordagens, investigações ou análises puramente objetivas (apesar de ser explicitado em muito poucos trabalhos estudados) é importante afirmá-lo e deixar aqui patente. Por exemplo, perante algumas sugestões de que “há que buscar fontes de informação menos catastrofistas”, muitas vezes

não foi o mesmo capaz de as encontrar ou incorporar, quer por serem estas sobretudo sectoriais, ancoradas a um desejo de que “vai correr tudo bem”, ou mesmo de que a tecnologia nos virá “salvar” - mesmo sendo essa mesma (alta) tecnologia responsável por tanta disrupção ecológica, por via dos seus imperativos imensamente energívoros e extrativistas. Perante este “viés de endogeneidade”, e perante o risco de que variáveis dependentes e

13

independentes da investigação possam estar correlacionadas de maneiras difíceis de isolar – inclusive com o envolvimento ativo do investigador – é aqui considerado que pode ter sido criada uma relação circular entre intervenção e resultados, tornando mais difícil determinar a verdadeira causalidade do estudado.

Por outro lado, mas na mesma linha, existiu também a questão da proximidade ao objeto de estudo. O autor vive em Montemor-o-Novo e, perante a crescente convicção de que a sua/nossa normalidade será afetada no curto-médio prazo, interessa-lhe particularmente que no seu território se comecem a desenvolver e enraizar práticas de gestão comunitária que permitam fazer face aos desafios trazidos pelos expectáveis choques sistémicos que as incompatibilidades entre o presente sistema socioeconómico e os limites biofísicos da terra trarão às suas/nossas vidas. A metodologia de investigação-ação, com a participação direta no estudo de caso, também pode ter criado um viés de participação, onde o seu envolvimento ativo pode ter influenciado os próprios eventos e dinâmicas sociais que analisa. O investigador foi assim parte importante no lançamento de várias dinâmicas, na facilitação de outras, e de uma constante preocupação em manter a reflexão e a ação vivas e presentes durante esta investigação – algo que continuará a fazer mesmo uma vez finda esta. Além disso, ao ter conduzido o estudo numa localidade rural, existe o risco de viés de amostragem, uma vez que os resultados podem não ser facilmente generalizáveis a outras regiões ou mesmo a contextos urbanos.

Houve também a questão das limitações de tempo. Apesar de ser normal que uma tese de investigação se desenvolva apenas ao longo de 4 anos, teria sido importante continuar a acompanhar as dinâmicas e evoluções da MoVivo, sobretudo relativamente ao próximo período pré-eleitoral – e, eventualmente, o eleitoral. A última sessão coletiva foi rica em sugestões e ideias sobre como avançar a aventura desta plataforma cidadã, pelo que será interessante seguir a investigação em torno da mesma, de modo a confirmar algumas observações feitas, voltar a analisar práticas e disponibilidades, e poder comparar abordagens, alinhamentos e mesmo resultados eleitorais com alguns anos por entremeio.

Outro aspeto importante foi o dos impactos da gestão da Covid-19. Esta tese de doutoramento decorreu durante a pandemia mundial, o que implicou um enorme constrangimento na aplicação das práticas de investigação ação aqui esposadas, com dificuldades patentes em realizar reuniões

presenciais durante a pandemia. A própria MoVivo aconteceu durante momentos de graves restrições à aglomeração de pessoas, afetando assim certamente a capacidade de alcance alargado a populações locais, e diminuindo os números da participação e a capacidade de projetar a sua natureza local, presente e deliberativa. Assim, muitas das práticas registadas terão sido influenciadas e reduzidas por força deste acontecimento, disruptor de muitas vidas e práticas laborais, e com especiais implicações

14

no que toca à implementação de estratégias de investigação ação, especialmente num meio rural e envelhecido como é Montemor-o-Novo.

Finalmente, e como noutros contextos de investigação-ação em ambientes limitados como este território de estudo, pode também ter ocorrido um outro viés onde o número de participantes ou eventos analisados é insuficiente para captar toda a complexidade do fenómeno estudado. Isto é especialmente relevante em comunidades pequenas, onde as dinâmicas são mais restritas, menos abrangentes, e os dados podem ser limitados. No caso da MoVivo, e de Montemor-o-Novo em geral, apesar das todas as reuniões terem sido bastante participadas, não deixa de ser verdade que a percentagem de população residente participante foi por demais reduzida. Isto não obstante a também reduzida participação que é observada nas reuniões e discussões de estratégia coletivas de outras forças políticas ativas neste território.

Perante o reconhecimento da existência de todos estes riscos e dificuldades, procurou-se ativamente mitigar os vários vieses e limitações identificados, ao longo da investigação, mediante diversas estratégias, mais uma vez desenvolvida no Capítulo VI desta tese. Em primeiro lugar, procurou-se aplicar uma reflexividade crítica contínua, procurando conscientemente reconhecer e minimizar o impacto do *background* ativista nas interpretações e análises. Complementarmente, recorreu-se à triangulação de dados, utilizando vários autores e fontes de informação para evitar a dependência de um único tipo de dado ou perspetiva. A transparência foi fundamental, explicitando – como nestes parágrafos – as limitações ou constrangimentos metodológicos e contextuais tanto nas fases de recolha de dados quanto na análise dos resultados. Acredita-se que estas medidas tenham contribuído para uma maior robustez e credibilidade da investigação, apesar das inevitáveis – e reconhecidas – influências contextuais.

REVISÃO DE LITERATURA

Com esta revisão da literatura começa-se por um enquadramento teórico que procura oferecer uma leitura alargada do quadro macro (socioeconómico) em que vivemos, atravessando-lhe várias linhas mestras no entendimento da sua história, premissas e funcionamento: narrativas políticas, crescimento económico exponencial, democracias representativas liberais, ecologia, geopolítica e finalmente alternativas de organização socioeconómicas. Isto permitirá o tal “afunilamento” dessa visão holística inicial para um ponto de foco e ação onde se desenrolará a investigação ativa, e o consequente acompanhamento do caso de estudo escolhido para esta investigação. O objetivo é oferecer um quadro conceptual onde o “local” se insere, de maneira a informar sobre as condições estruturais que deve ter em conta, mas que pode também explorar outros modos para encontrar vias alternativas que permitam a tão necessária transição social.

Esta investigação toma assim como referências bibliográficas pelo menos quatro áreas disciplinares (ciência política, relações internacionais, economia política e ecologia). E desenvolve-se em torno de três grandes eixos de análise: i) a narrativa do crescimento económico exponencial; ii) a história da ecologia e o presente estado dos ecossistemas e do ambiente e iii) a questão da compatibilidade entre as premissas do sistema *crescentista* (subjettivas) e os imperativos biofísicos da Terra (objetivos). Este último eixo inclui também a necessária análise de narrativas socioeconómicas alternativas.

O cruzamento áreas disciplinares permitem essa compreensão holística, macro, alargada: exploram os mecanismos de construção social das diferentes coletividades e nações que compõem o mundo, procurando escrutinar o modo como veem o mundo, e como se veem inseridas nele. E

exploram também o próprio Mundo, objetivamente, por via de estudos ecológicos. É por via da análise narrativa das modernas construções sociais analisadas que se encontram, não apenas as relações que estabelecem e sustentam entre os seus desenhos sociais e económicos – peça essencial para a compreensão desta tese de investigação –, mas também os constrangimentos que as suas premissas conceptuais impõem. Por exemplo, a da necessidade inescapável que as democracias liberais representativas têm de uma busca constante pelo crescimento económico exponencial, com as consequentes deduções geopolíticas e sistémicas que permitem ou previnem uma alteração de rumo em direção a outros paradigmas socioeconómicos. E é aqui, por via da introdução da ecologia como terceira e basilar área disciplinar, que são reenquadrados estes ditos “imperativos” sociais – i.e. dentro de uma maior e inescapável estrutura biofísica que os mesmos não podem (continuar a) ignorar ou desafiar.

16

São estes, então, os eixos principais de análise: entender e descortinar criticamente as narrativas e construções sociais humanas, olhar objetivamente para a ecologia, seus equilíbrios e estado atual, e buscar, no cruzamento e na interação entre as duas, a resposta para a questão da compatibilidade – ou não – entre um sistema narrativo, “inventado”, em torno de um crescimento exponencial da economia, e um outro, objetivo e finito, que a isso não se permite.

É do cruzamento destas áreas disciplinares e eixos de análise que se procura resgatar uma compreensão aprofundada do enorme predicamento em que a humanidade se encontra. Imbuída nas suas contradições e mordidas concetuais, prisioneira fatal das suas premissas e ambições, e irremediavelmente condenada a viver num planeta, e numa teia de vida, com as suas leis inescapáveis. Leis com igual capacidade de potenciar ou demolir as suas maiores construções – as civilizações.

1) CAPÍTULO I – DAS NARRATIVAS POLÍTICAS

Começa-se assim pelas narrativas políticas, sua importância e expressões socioeconômicas. Esta é uma abertura fundamental já que, uma vez demonstrada a sua relevância, pode-se i) entender que as mesmas são fabricadas por agentes políticos (e não elementos de uma ordem natural e imutável) e ii) partir para a revisão crítica das narrativas políticas utilizadas durante a história da ecologia, do crescimento econômico e da democracia ocidental moderna.

“For we dream in narrative, daydream in narrative, remember, anticipate, hope, despair, believe, doubt, plan, revise, criticise, construct, gossip, learn, hate and love by narrative. In order to really live, we make up stories

about ourselves and others, about the personal as well as the social past and future.”⁴

(Hardy, 1968, pp.5).

1.1 - Sua Importância: Narrativas como instrumentos de desenho de realidades sociais

O primeiro ponto a reter é o do poder imenso das narrativas políticas e sua capacidade de desenhar e manter realidades sociais. O modo principal que temos, enquanto humanos, de construir significados é através de histórias (M. D. Jones & Song, 2014). Capazes de agregar factos (por vezes díspares) nos nossos próprios mundos, tecendo-os cognitivamente de modo a dar sentido à nossa realidade (Patterson & Monroe, 1998). Todos os dias “inventamos histórias sobre nós mesmos e outros, sobre o passado e futuro pessoal e social”⁵(Hardy, 1968). A importância e a análise das narrativas políticas implicam que estas tenham um papel preponderante na construção de comportamento público, já que nos permitem enquadrar histórias e concepções da realidade por parte de diferentes grupos de atores políticos, e construir ativamente a nossa realidade social (Patterson & Monroe, 1998). Parte-se do entendimento que, se existem de fato conceitos naturais (por ex. a gravidade), existem também vários conceitos que são socialmente construídos (por ex. nações,

⁴ Tradução livre do inglês: “porque sonhamos em narrativa, entramos em devaneios pela narrativa, lembramos, antecipamos, esperamos, desesperamos, acreditamos, duvidamos, planeamos, revisitamos, criticamos, construímos, mexericamos, aprendemos, odiamos e amamos pela narrativa. Para realmente viver, inventamos histórias sobre nós mesmos e os outros, sobre o passado e o futuro pessoal e social”

⁵ Tradução livre do inglês

empresas, dinheiro, etc.). E, num mundo de tantas realidades socialmente construídas (como é o do ser humano), as narrativas ajudam-nos a fazer sentido do que nos rodeia (M. D. Jones & Song, 2014). Por isso, no que toca a políticas públicas, o que o “mundo objetivo” significa varia enormemente, e narrativas políticas emergem como conjuntos de histórias e argumentos que diferentes atores constroem para influenciar tomadas de decisão (Esposito et al., 2020). Especialmente num mundo cada vez mais complexo, em que atores políticos têm de concentrar e simplificar visões complexas do mundo nos curtos espaços de atenção pública que conseguem assegurar, as narrativas políticas ajudam a subscrever e estabilizar premissas essenciais para a tomada de decisões face à incerteza, complexidade e polarização naturais à política moderna (Roe, 1994). Uma narrativa ajuda o agente

político a modelar o conhecimento que a sua audiência tem sobre determinado assunto, focando mais sobre um ponto do que noutro de modo a obter apoio para as propostas políticas em que acredita. A estrutura dessas narrativas, apresentada normalmente por recurso à dialética, influencia quer os conceitos que são lembrados e que políticas são vistas como preferíveis, quer a organização cognitiva de ideias e conceitos (M. D. Jones & Song, 2014).

O enquadramento de narrativas funciona assim como um componente importante nas interações entre agentes políticos, estruturas de comunicação, contexto e indivíduos. Ou seja, na construção das realidades sociais. Mas os diferentes agentes políticos não atuam num vácuo: os seus “movimentos” e relações com outros agentes são enquadrados em instituições políticas que estabelecem e cristalizam regras, práticas e procedimentos, funcionando como estruturas de constrangimento da ação política e de mediação de antagonismos (Esposito et al., 2020).

Assim, a disseminação sistémica e empírica de narrativas políticas como as do crescimento económico, da democracia ou da própria ecologia, ensina-nos também que estas não podem ser entendidas independentemente das relações de poder entre diferentes atores políticos.

Para isso, adota-se aqui uma metodologia de dissecação de narrativas políticas, chamada *Narrative Policy Framing* (NPF). Acedendo ao apelo de Jones & McBeth (2010) por uma mais ampla utilização desta metodologia de descortinagem de realidades socialmente construídas, procura-se, por via dela, estruturar uma desconstrução inteligível de cada narrativa política utilizada.

Segundo Esposito et al. (2020), e procurando estruturar uma desconstrução inteligível de cada narrativa política, identifica-se, em cada narrativa política, seis elementos essenciais: os cenários (que enquadram a trama e a balizam em termos de possibilidades e diferenciação com as outras narrativas); as vítimas (elementos que denunciam o problema, materializando em si os impactos sentidos na realidade); os vilões (elementos que materializam o problema com que a narrativa política se debate); os heróis (simbolizando o elemento essencial à boa resolução política proposta por cada narrativa para o problema identificado); e a moral (entendida como a solução final pretendida e

defendida pelos diferentes agentes políticos envolvidos). Para além disso, e finalmente, identifica-se o enredo da história (ou seja, a “trama”, ou o modo como os diferentes elementos da narrativa interagem, revelando as realidades subjetivas de cada um, e as objetivas do mundo em que operam).

Nesta linha de abordagem, que será desenvolvida na parte prática desta tese, rapidamente se apercebe que, apesar de existirem diferentes imaginários sociotécnicos em torno de qualquer conceito social (Curcio et al., 2014; Esposito et al., 2021), algumas narrativas conseguem por vezes atingir um momento de “discurso hegemónico” – capaz de ditar os termos retóricos do debate, e obrigando narrativas rivais a operarem apenas dentro dos limites estabelecidos por esse discurso

hegemónico, sob pena de não lhes ser acordada credibilidade (M. D. Jones & Song, 2014). É o caso, sumamente importante para esta análise crítica da realidade social em que estamos inseridos e da qual buscamos saídas, da narrativa do crescimento económico exponencial. Isto acontece porque, sendo o poder fluido e muitas vezes assimetricamente distribuído, grupos dominantes conseguem por vezes “impor” as suas “lógicas totalitárias”, traduzidas pelo enquadramento do que é “possível”, ou pela imposição de métricas de sucesso advindas das suas próprias realidades sociais – por exemplo a do setor privado e a sua relação com o crescimento económico exponencial (Esposito et al., 2020). Ou seja, conseguem relegar aspetos construídos da sua narrativa política para um papel de “cenário”, imutável, de algo que “*é assim*” e sobre o qual o enredo se desenrola, sem ser passível de questionamento.

1.2 - Pré-análise Crítica de algumas das principais Narrativas Políticas da modernidade:

Uma desconstrução crítica inicial sobre as características “funcionalistas” e abordagem “*top down*” (Klein, 2014) da narrativa *crescentista* ao serviço da eficiência de mercado reforça esta análise: o antagonismo entre atores globais e territoriais sobre o controlo e a distribuição de capitais e investimento tendeu de tal ordem para o “lado global” que impôs a sua narrativa de produção e distribuição em massa, e de neoliberalismo, levando à incapacidade de atores locais (privados ou públicos) de o questionarem e lhe fazerem face. A hegemonia do discurso *crescentista* consegue assim desqualificar informação e imaginários alternativos que proponham abrir espaços para novas narrativas (Stohr, 1988). E o mesmo acontece com a chamada “democracia ocidental”, cuja hegemonia narrativa impede que o seu questionamento seja “levado a sério”, impedindo consequentemente o seu aprofundamento.

1.2.1 - O Crescimento Económico Exponencial

Roque Amaro nota astutamente que,

20

“embora com diferenças ideológicas e de formas de intervenção do Estado, (...) os modelos (capitalismo e socialismo) foram (ambos) desenvolvimentistas, economicistas, industrialistas (nas suas origens), tecnologistas, antropocêntricos, racionalistas, etnocêntricos e uniformistas (“one size fits all”) (Amaro, 2003 pp. 46-47).

Evoca-se esta nota no início da reflexão por via a evitar desde logo a “armadilha” do crescimento económico socialista, no sentido de que o mesmo poder ser considerado mais “ecológico” ou com

menos impactos na Natureza que o seu paralelo capitalista. Ou que a sua organização socioeconómica dê azo a práticas mais sustentáveis ou mesmo decrescentistas. Relativamente ao crescimento económico como modelo e medida do sucesso de uma sociedade, atualmente, e apesar da existência de cada vez mais alternativas socioeconómicas robustas, o considerado “possível” em termos da discussão dita “séria” relativamente à eco-economia, é reduzido a um mero exercício de Keynesianismo-verde vs. Neoliberalismo – ambos produtivistas e crescentistas.

Fruto de uma discussão forjada no pós-Guerra, ambas estas narrativas e entendimentos do mundo assentam em fortes preocupações geopolíticas (por exemplo, de como manter uma economia e exército capazes de rivalizar com o bloco comunista), e vêm na competição a expressão mais básica natureza humana. Nelas, crescimento económico e eficiência dos mercados são pedras basilares do imaginário social, que avalia também a prosperidade humana com base no seu consumo materialista, e na busca quase obrigatória do prazer (Varvarousis, 2019). O ser humano é “lido” pelos outros de acordo com a sua capacidade de consumir, indicador social imediato da sua validade enquanto “membro produtivo da sociedade” (Prado & Cazeloto, 2008).

A natureza desta relação umbilical com o crescimento económico levou também a que as estruturas sociais ocidentais modernas (como os sistemas de saúde, escolaridade, exército, mobilidade, pensões, finança, etc.) ficassem (como estão) totalmente dependentes de um sistema crescentista mundial a funcionar e a produzir sempre e cada vez mais.

Conscientes de que num sistema de mercado *crescentista* os mega excedentes resultantes da produção industrial têm obrigatoriamente de ser absorvidos pelo mercado – sob pena de uma redução da produção e consequente estagnação ou recessão económica –, vários autores denunciam a utilização do crédito, da obsolescência programada, da guerra e do marketing de massas como mecanismos de produção artificial de consumo, capazes de assegurar uma absorção “ótima” do cada vez maior total da imensa produtividade fóssil-industrial (Baran & Sweezy, 1968; Kallis & March, 2015; Klitgaard & Krall, 2012). Perante a um cada vez mais provável cenário de colapso (total ou parcial, rápido ou paulatino) da civilização moderna global (ver abaixo nesta tese, sob “Crítica ao crescimento exponencial”), estes esforços deliberados para o aumento do consumo resultam num estado

21

psicológico de semi-abandono das populações ocidentais (Hollender, 2018; Servigne & Stevens, 2015). Um estado em que aqueles que mais poluem estão dispostos a aceitar a sua própria substituição, mesmo a sua própria extinção (!), se o preço da sobrevivência for o de ter de parar as máquinas ou mesmo sequer reduzir a quantidade de energia que as alimenta (Mumford, 1956).

Isto vem confirmar e agravar as conclusões do famoso relatório Meadows que na década de 70 alertou para, se o presente sistema se mantivesse, a possível e abrupta disrupção nos equilíbrios

naturais e civilizacionais no planeta a partir da segunda década do segundo milénio (Meadows et al., 1972) – aquela em que acabamos de entrar.

Desde então as projeções do relatório têm sido contrastadas com dados atualizados, confirmando por um lado a robustez dos modelos usados e, por outro, o cenário previsto de “business as usual” até aos dias de hoje (T. Jackson & Webster, 2016). Este relatório recebeu o nome de “*Limites ao Crescimento*” precisamente por encontrar uma relação antagónica entre crescimento económico constante e limites materiais do planeta – relação cujos resultados expectáveis se encontram espelhados na fig. 1 abaixo.

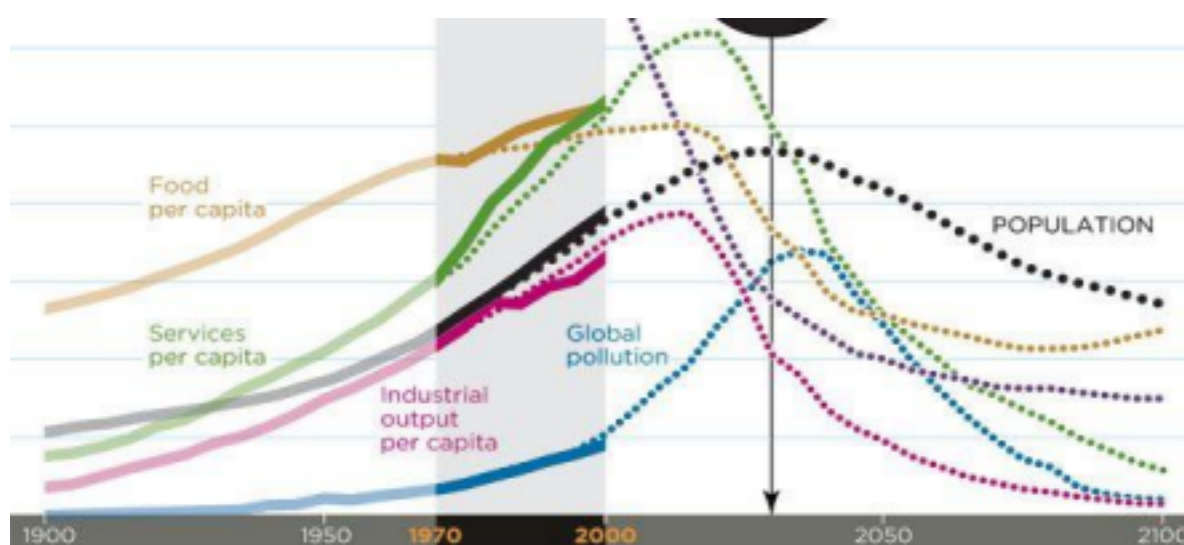


Figura 1.1 - Estrutura conceitual do relatório “Limits to Growth”⁶

Este é um entendimento hoje reforçado com a aplicação do chamado “paradoxo de Jevons”⁷ a sistemas complexos e ecológicos: ou seja, que o crescimento económico leva sempre, em termos absolutos, ao aumento das emissões de CO², bem como ao aumento de consumo de materiais

⁶ Retirado de (Meadows et al., 1972)

⁷ Assim nomeado devido ao investigador Inglês que o teorizou, William Jevons;

22
(Thimothée Parrique et al., 2019) – o que por sua vez implica a destruição de ecossistemas para a sua sempre maior e continuada extração.

O paradoxo de Jevons, inicialmente teorizado no estudo dos impactos do carvão enquanto força motriz da economia industrial nascente na Inglaterra do final do sec. XIX (Jevons, 1866), é hoje um dos mais importantes teoremas em economia ecológica. Preconiza que os avanços tecnológicos que aumentam a eficiência com que um recurso é usado na produção industrial, permitem às empresas

vender um produto melhor, produzido com menos recursos, ou mais barato. Qualquer um destes aspetos leva a que as empresas consigam aumentar a sua “fatia de mercado”, atraindo novo capital/investimento que lhes permite produzir mais unidades no total – levando “paradoxalmente” a um aumento no consumo total desse recurso, em vez da diminuição que intuitivamente se esperaria obter com o avanço tecnológico (Alcott et al., 2012; Jevons, 1866).

Ou seja, não é possível dissociar a necessidade de continuar a crescer economicamente do consumo energético e material necessário para manter esse crescimento. O que por sua vez equivale a uma impossibilidade de dissociar crescimento económico de destruição de ecossistemas e de emissões de carbono – quer pela natureza extrativista do sistema presente, como pelo facto de 84% da energia mundial necessária para fazer mover todas as gigantes cadeias de produção ser ainda baseada em combustíveis fósseis (BP, 2020; Thimothée Parrique et al., 2019), inclusive para a construção de infraestrutura relacionada com o pretendido “crescimento verde” que a transição energética de todos os governos do mundo promete.

Nota Viriato Soromenho Marques que isto levou a que o relatório tenha recolhido violentas reações de vários quadrantes:

“Cientistas e académicos acusaram o trabalho de não ter um cabedal suficiente de informação para fundamentar os cenários mais alarmantes. Os neoliberais consideraram o relatório como uma violação do dogma religioso do crescimento exponencial. Os marxistas descobriram no texto uma conspiração para impor uma austeridade generalizada e afastar os trabalhadores e os povos recentemente liberados do colonialismo de usufruírem do progresso material. No entanto, só uma leitura destruída poderia encontrar pessimismo num livro repleto de sinais de esperança e, sobretudo, pleno de confiança na capacidade de uma humanidade esclarecida poder mudar de rumo atempadamente.” (Schmidt (org.), 2023, pp. 52)

No fundo, o que o relatório sobre os Limites do Crescimento alerta é para os perigos da construção de narrativas políticas sobre premissas incuriais (i.e., de que a economia global pode crescer indefinidamente um planeta com recursos finitos). Ou seja, que a presente organização da produção é insustentável no curto prazo.

Usando aqui um exemplo, procurando abandonar momentaneamente a arrogância antropocêntrica que nos permeia e tantas vezes impede comparações com outros seres vivos

considerados “menores”, pensemos numa praga qualquer – digamos de gafanhotos, exemplo mormente conhecido desde alturas bíblicas: Quando uma espécie se depara com condições ótimas para a sua replicação (temperatura, acesso facilitado a energia/alimentação, ausência de predadores, etc.), esta passa a dar-se exponencialmente. Os seus números passam então a multiplicar-se, levando por vezes a população em causa a ultrapassar a capacidade de carga do ecossistema que enquadra a sua existência. Ao fazê-lo, essas espécies tão “bem-sucedidas” (no sentido que a sua replicação acontece independentemente do resto das espécies que compõem o seu ecossistema circundante) passam a “consumir” excessivamente o seu ecossistema circundante, ultrapassando a sua capacidade de carga, e corroendo as bases do mesmo. Ora, a um momento, tendo consumido um ou mais dos recursos que lhe permitiram a sua replicação tão abundante, as populações entram em colapso abrupto, vendo os seus números reenquadrados na nova -e agora reduzida- capacidade de carga que a voracidade dos seus imensos números passados imprimiu no seu ecossistema.

Este mecanismo de reequilíbrio é bem conhecido da biologia, e muito estudado na Natureza: chama-se, em inglês, um *Overshoot*, e representa-se como o gráfico abaixo, que procura simplificar o conceito exposto por William Catton (em 1982) :

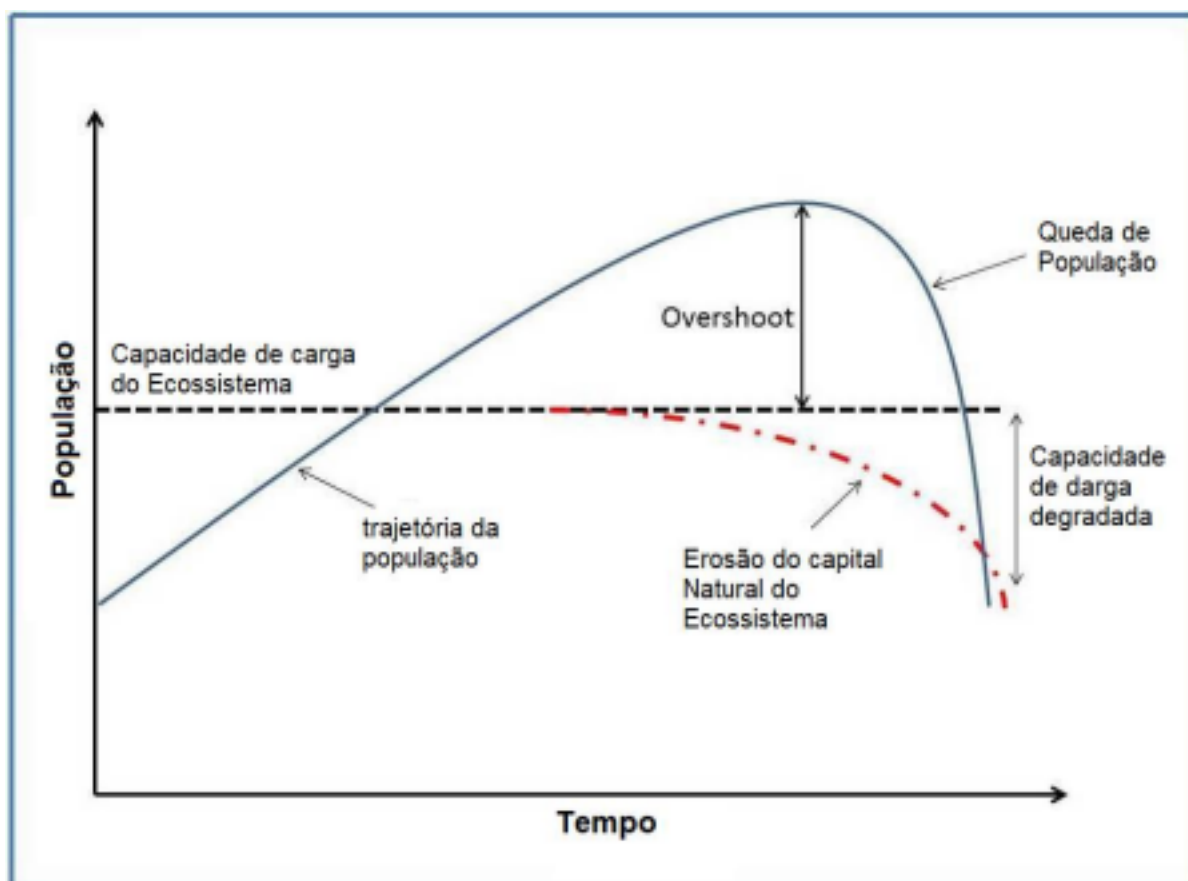


Figura 1.2 - Diagrama Simplificado representando a ultrapassagem (overshoot) e o colapso da capacidade de carga de um ecossistema

A interiorização deste entendimento do sistema terra (i.e. Natureza + sistemas Humanos, estudados na sua complexidade e interconexões) como um todo insustentável, levou à introdução do conceito de *colapsologia*, como abordagem de estudo -e, extrapolando, previsão- das implicações práticas da ultrapassagem dos limites biofísicos basilares ao funcionamento de uma civilização (ver por ex: Bendell, 2018; Diamond, 2005; Joergensen & Müller, 2019; Servigne & Stevens, 2015).

David Graeber e Jonathan Crary resumizam bem o sentimento que anima esta abordagem, e esta tese de doutoramento:

“O sistema [capitalista] vai atingir o seu limite físico. Nessa altura, com alguma coisa vamos ficar, mas não há de ser um sistema de expansão infinita. Não há de ser o capitalismo; há de ser outra coisa. No entanto, não temos nenhuma garantia de que será melhor. Pode ser bem pior.”
(Graeber, 2007, pp.8);

Na continuação da mesma linha de raciocínio, diz Jonathan Crary que

mundo pós-capitalista. [E] a não ser que haja uma prefiguração ativa de novas comunidades e formações capazes de se governarem em igualdade, de partilharem propriedade, e de cuidarem dos membros mais fracos, o pós-capitalismo será um novo domínio do barbarismo e despotismos regionais, e pior, a escassez assumirá formas selváticas difíceis de imaginar.” (Crary, 2022, pp.145)

Por outro lado, a hegemonia global da narrativa do crescimento económico constante levou também ao surgimento de contra-narrativas baseadas em imperativos ecológicos (Klein, 2014; Park, 2015). Estas incluem o abandono do PIB como medida única do bem-estar ou desenvolvimento de uma sociedade (Sen & Visser, 1999), bem como a procura de modos de satisfação de necessidades presentes sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir as suas próprias necessidades (Brundtland, 1987). Estas contra-narrativas serão discutidas, e por sua vez dissecadas e analisadas, no capítulo IV desta tese.

1.2.2 - A Democracia Ocidental Moderna

Na mesma linha, a democracia representativa liberal é tida também ela como inescapável e “final”, não questionando nunca as suas próprias premissas não examinadas. Nesta secção introdutória dedicada aos modelos representativos liberais – ditas democracias ocidentais modernas – que organizam a totalidade dos estados “ocidentais” inclui-se o estado português (em cujo este projeto de investigação ativa se desenrola) bem como da sua relação com a insustentabilidade sistémica que vivemos.

Apontada por Ellen Woods (1995) como a expressão política do capitalismo, o sistema representativo liberal vem institucionalizar “democraticamente” a visão *crescentista*, produtivista e utilitarista da natureza (Fotopoulos, 2007a) nas nossas sociedades. Ou, como tão bem escreveram Theodoro Adorno e Max Horkheimer,

“a filosofia do Iluminismo foi mecanizada para um cientismo racional que carece de reflexão crítica. O racionalismo e a ciência tornaram-se uma metodologia administrativa que se limita a satisfazer as necessidades (irracionais) do capital global”⁸

(Horkheimer & Adorno, 2002, pp. 28)

⁸ Traduzido livremente do inglês

Também Bonaiuti (2012) refere que a democracia liberal representativa moderna apresenta vários problemas (que agravam a problemática aqui tratada da possibilidade e direção da transição social):

i) por um lado surge na origem da atual crise política que diminui o significado de cidadania e aumenta os seus níveis de passividade face ao que (hoje em dia) se entende por “política”. O efeito da massificação e do marketing industrial levam a um conformismo generalizado e à progressiva identificação com o sistema, dissolvendo sentidos de consciência, autonomia ou responsabilidade que estão na base da democracia.

ii) por outro, concentra (hoje e historicamente) o poder nas mãos de elites politico-económicas. O imenso tamanho e complexidade do aparato burocrático estatal implica diretamente a dependência de “especialistas” e tecnocratas que se propõem gerir a coisa pública de forma “otimizada”, mesmo se de forma antagónica à democracia e suas decisões. O princípio de delegação, relevante para escalas de proximidade “compreensíveis”, perde o seu carácter democrático à medida que se afasta de quem delegou o seu poder, e rapidamente se transforma numa cimentação de poder de decisão, longe dos fóruns e da capacidade de intervenção ou compreensão da cidadania. E, por fim,

iii) sustenta e está profundamente dependente de um desenho económico dogmático, baseado no crescimento económico exponencial e constante, com todos os impactos ambientais, sociais e económicos que este implica. Uma vez que todos os sistemas sociais (saúde, educação, pensões, etc.) foram construídos tendo por base premissas de um crescimento infinito, o reimaginar destas fundações implica o abandono do presente desenho da sustentabilidade financeira desses sistemas. Algo que leva à recorrente (se potencialmente errónea) equiparação entre o fim do crescimento económico e o fim do Estado Social.

Vinca-se assim aqui a inescapável dicotomia umbilical entre economia e política – sobretudo para esta análise: a hegemonia da narrativa política do *crescentismo, fundamental à democracia liberal representativa da modernidade*, implica um desconhecimento considerável sobre as interações entre a socio-economia e os sistemas biofísicos da terra, sobretudo em torno das dinâmicas do processo de acumulação *crescentista*.

Esta é uma falta de conhecimento encontrada quer na cidadania, quer no poder político, na comunicação social, e mesmo da própria academia. Ou seja, existe uma “cegueira” coletiva em torno das complexas interações estruturais entre produção, consumo e distribuição (Klitgaard & Krall, 2012) de escala global e fundada largamente no consumo de energia fóssil – como já referido, hoje ainda 84% do *mix* energético global atual (BP, 2020). Uma cegueira que conduz a uma tremenda posição de incoerência, de enorme fragilidade teórica, e que nos compele a tomar decisões graves e eventualmente perigosas.

“Acreditar e agir como se todos os limites fossem apenas uma fronteira a ser ultrapassada condena-nos a confrontarmo-nos com limites que nem sequer podemos imaginar. Basta pensar no que aconteceria a uma pessoa que se comportasse sob a ilusão de não haver limites. Para além de ser certamente diagnosticado com uma psicose, rapidamente acabaria por se colocar em grave perigo”⁹

(Benasayag & Cany, 2021, pp. 279)

Foi por via deste desconhecimento e dinâmicas que entrámos no Antropoceno (Barca, 2020). Como referido acima, vivemos hoje num mundo em acelerada mudança, onde o equilíbrio dos ecossistemas está em rota de colisão com a viabilidade socio-económica das nossas sociedades (Beling, 2019), e o seu imperativo de aumento constantemente dos seus fluxos energéticos e materiais para se perpetuar no tempo. Ora, face á cada vez mais gritante insustentabilidade do modo de vida crescentista, extrativista e produtivista e tecno-industrial (Thimothée Parrique et al., 2019), vozes de alerta começam a elevar-se, um pouco por todo o mundo.

Morais Mourato & Bussler (2019), por exemplo, apontam com clareza a atual relação insustentável entre natureza e a organização socio económica moderna dos seres humanos, que tem todos os sinais de ameaçar criticamente a sustentabilidade dos ecossistemas e mesmo da vida humana, ao ponto em que a ameaça de colapso social se começa a tornar uma séria preocupação pública (Brown, 2017; Hollender, 2018; IPBES, 2019; IPCC, 2022; Montoya et al., 2018; Steffen et al., 2015).

Enfrentar este imenso predicamento obrigará necessariamente a configurar um novo contexto para qualquer transição socio-ecológica em direção a novas formas de vida e trabalho forçosamente baseadas em práticas de sustentabilidade, regeneração, construção de autonomias e de resiliência (Olsson et al., 2017; Pel & Bauler, 2014; Rickards, 2015) – e “libertas” do fardo do crescimento económico exponencial.

Há que tomar em conta algumas importantes características que enquadram este desafio, e que o tornam tão urgente quanto difícil de resolver: por um lado o reduzido horizonte temporal (IPCC, 2022) para a ação efetiva; por outro, o facto de que aqueles que causam o problema também terem nas mãos a capacidade de promover soluções – ou de não o fazerem; dá-se também pela falta de existência de administrações centrais capazes de fazer face ao problema, uma vez que vivem(os) um defeito fulcral da democracia representativa liberal moderna, que busca procurar ganhos (eleitorais e

⁹Tradução livre do francês

financeiros) a curto prazo, ignorando rotineiramente o bem estar de gerações futuras (Morais Mourato & Bussler, 2019). Outro problema, que não pode ser ignorado, é a terminante falta de vontade das populações em perderem o que quer que seja do materialismo atingido nas suas vidas, opondo-se instintivamente a tudo quanto sugira a necessidade do contrário.

A dependência estrutural que os nossos sistemas sociopolíticos (sistemas de saúde, educação, pensões, segurança, etc.) têm do crescimento económico é outro importante vetor a ter em conta quando pensamos este assunto e nos debruçamos sobre possíveis futuros, não obstante o antagonismo entre esse crescimento exponencial e a estabilidade dos ecossistemas e da biosfera (IPBES, 2019; Thimothée Parrique et al., 2019) -. Nesta linha, é importante o contributo de O'Brien (2012, pp. 668), que advoga coragem para tomar políticas concretas de adaptação às alterações climáticas, que implicariam *“um questionamento das suposições, crenças, valores, compromissos, lealdades e interesses que criaram as estruturas, sistemas e comportamentos que contribuem para as alterações climáticas antropogénicas, vulnerabilidades sociais e outros problemas ecológicos e ambientais”*¹⁰. É um apelo que esta tese de doutoramento se propõe a aceder.

Como parte desta análise sobre os sistemas democráticos que sustentam e dependem estruturalmente do crescimento económico exponencial, analisa-se, também em modo de introdução histórica, a origem deste predicamento, fazendo uso do texto basilar de Timothy Mitchell (2009). Segue-se a isto uma pequena crítica daquilo a que chamamos aqui de “estudo acrítico dos sistemas de democracia representativa liberal”, usando como exemplos alguns trabalhos selecionados de Freire

(2017) e José Manuel Leite Viegas (Viegas et al., 2010), mas sobretudo revendo a literatura em torno de propostas alternativas. Seleciona-se para isso o texto seminal de D'Alisa & Kallis (2020) como exemplo de uma abordagem metodológica praticada na vertente académica crítica ao atual sistema de democracia. Outros autores serão trazidos amiúde para esta análise, reforçando, contrapondo ou complementando o uso das abordagens e metodologias utilizadas geralmente no tratamento das diferentes abordagens ao estudo da democracia.

Revisemos então uma reinterpretação histórica em que foram as energias fósseis que permitiram (e hoje limitam) as democracias modernas (Mitchell, 2009). A ligação entre a democracia representativa liberal e o consumo energético e material das sociedades modernas teve a sua génese no século XIX. Os combustíveis fósseis permitiram o nascimento e reforço de uma nova classe social – a burguesia – que lançou ou recuperou a base ideológica da democracia moderna, acentuando com ela uma geografia de concentração urbana, e forjando também a ideia de um “estado-nação”, base territorial das democracias. Simplificando, o carvão terá permitido o aumento do rendimento da

¹⁰ Traduzido livremente do inglês

máquina a vapor, o que levou à manufatura em larga escala, traduzindo-se também na concentração de massas populacionais em torno de fábricas, e das cidades. Isto criou uma classe operária que se viria a organizar em sindicatos para a combater a sua precarização e *desempoderamento*, levando paulatinamente ao que hoje entendemos como democracia (Mitchell, 2009), com todos os seus equilíbrios, distribuição e separação de poderes.

É imperativo compreender as implicações desta ligação histórica e umbilical entre democracia, combustíveis fósseis e crescimento económico. Só assim podemos compreender a dependência que as nossas sociedades têm das energias fósseis e, daí, partir para a compreensão – e crítica – da atual democracia que as gere (no ocidente global). Já da descoberta do petróleo (enquanto energia barata, abundante e poderosa) emerge um novo modelo de cálculo político de gestão da vida coletiva: a noção da possibilidade de um crescimento económico infinito e exponencial. Sem este crescimento económico constante, o nosso modo de vida *moderno* não teria sido (nem é) possível – incluindo os presentes arranjos sociais, políticos e económicos.

Desde o momento em que a Democracia moderna apareceu no Reino Unido – o primeiro país a sair de um estado de “economia estável” da idade média, para entrar numa “economia de crescimento” (considerada “normal” hoje em dia), que não há um único exemplo histórico i) de países a abraçarem essa democracia sem terem, primeiro, instalado uma economia de crescimento exponencial, e ii) de países que conseguiram manter-se em democracia perante casos prolongados de contração física, estrutural, económica das suas sociedades (Jancovici, 2015).

Esta tese ancora-se assim sobre uma análise longitudinal do enunciado, o que lhe permite avançar uma compreensão mais holística da problemática em questão. Adota-se assim uma abordagem positivista, estabelecendo relações históricas e causais entre diferentes forças, padrões de impacto e progresso, relacionando conceitos e descrevendo e analisando as realidades emergentes (Mitchell, 2009) - na linha de outros trabalhos que se debruçam criticamente sobre o tema (Czarniawska, 2010; Jancovici, 2015; Woods, 1995).

Não se procura aqui avançar teorias gerais de Democracia, mas apenas expor as profundas ligações entre democracias modernas, luta social, e dependência estrutural de crescimento económico exponencial e de fontes de energia fósseis –considerado importante e relevante para a emergência do tipo de análises críticas e construtivas de novos mundos, como pretende ser este esforço de investigação.

De resto, uma análise crítica da democracia depressa descobre que a associação histórica entre democracia liberal e liberdade económica (entre crescimento ilimitado e soberania absoluta do capital) urge uma reformulação em torno do “reconhecimento parcial da necessidade de limites

democráticos à liberdade económica” (Deriu, 2012). Há de fato muitas reservas, sobretudo empíricas,

30

quanto à possibilidade de uma democracia representativa, liberal e capitalista ser um sistema eficaz para permitir e apoiar uma transição verdadeiramente ecológica. Pelo contrário, é amplamente considerada como essencial uma refundação democrática capaz de encaixar e nutrir a necessária transição (ver por exemplo Cattaneo et al., 2012; Deriu, 2012; Fotopoulos, 2007a). Esta é uma linha de pensamento esposada neste esforço de investigação, e móbil principal para a busca de novos arranjos económicos e democráticos capazes de ancorar uma verdadeira e profunda transição, que não se mantenha refém das lógicas *crescentistas* (i.e. do imperativo do lucro) que a motivaram desde o primeiro momento.

Introduz-se por isso aqui um breve nota crítica às abordagens, análises e estudo das democracias modernas ocidentais, identificando duas correntes: de um lado encontra-se um corpo de cientistas sociais dedicado a estudar o desenho e a performance das democracias existentes - modernas, representativas, liberais – sem as questionar. Do outro lado, um outro corpo investigativo utiliza metodologias para fazer uma revisão crítica dos postulados e premissas dos sistemas presentemente vigentes, procurando dissecá-los, bem como a sua validade e adequação à situação que se propõem regular, antes (ou em vez de) de partir cegamente para a análise da sua “*performance*”.

A abordagem metodológica do primeiro “grupo”, que é aqui nomeado de “acrítico”¹¹, tende a basear-se em métodos quantitativos. Utiliza sobretudo sondagens e questionários a eleitores e elites políticas sobre o funcionamento de uma realidade política e social observável – cuja validade ou adequação não é nunca questionada (ver por exemplo Fernandes, 2017; Freire, 2017; Lijphart, 1999; Merkel, 2004; Viegas et al., 2010). É provavelmente por tratarem com uma realidade objetiva e mensurável, que estas análises “acríticas” do sistema tendem a utilizar uma abordagem mais quantitativa, recorrendo a métodos comparativos e a análises que permitam explorar o tema – sem nunca o questionar. Por exemplo, quando Tiago Fernandes ou Wolfgang Merkel se debruçam sobre as várias formas que a democracia representativa tomou em diferentes partes do globo, tentam identificar e desconstruir as suas partes constituintes (a que chamam de “regimes parciais”) de modo a melhor poder classificar os regimes que adotaram esse modelo de gestão social (Fernandes, 2017; Merkel, 2004). Mas o maior problema aqui é o fato de que a análise e estudo aprofundado de um sistema – mesmo se este for manifestamente inadequado para a gestão de equilíbrios sociais, económicos e ecológicos– acaba por validá-lo e reforçá-lo (Woods, 1995), tornando mais difícil a essencial tarefa de o questionar e permitir a emergência de novos paradigmas.

¹¹No sentido que não questionam a adequação do mesmo como modelo organizativo das sociedades em que vivemos.

31

Por exemplo, quando Lijphart afirma que democracias representativas mais consensuais são mais democráticas que outras mais de tendência majoritária (Lijphart, 1999), assume a democracia representativa como um espectro final e inescapável da sociedade moderna, um pouco na lógica adotada na obra de Francis Fukuyama do fim da história (Fukuyama, 1992). Ou seja, da perspetiva de uma análise de política narrativa, é atribuído à democracia representativa liberal (assim como a necessidade de crescimento exponencial da economia) um papel de “cenário” na narrativa dominante – uma realidade de “background”, imutável, inquestionável, assumida como “natural” ou “inescapável” (Crow & Jones, 2018). Tal como acontece com o crescimento económico, numa leitura tão propositadamente interconectada quanto estas duas invenções sociais. Nesta linha, nota Viriato Soromenho Marques que,

“as políticas públicas de ambiente e clima têm-se caracterizado (...) pelo pressuposto não interrogado de que a crise ambiental e climática constitui um epifenómeno indesejado de um processo globalmente positivo que pode ser corrigido através de uma convicção, também ela não questionada, acerca da essência ilimitada do nosso engenho técnico, capaz de estar à altura de todo e qualquer desafio. Por muitos dolorosos que sejam os danos colaterais, para essa visão convencional não está em casa a bondade do processo civilizacional em curso, nem a possibilidade de resolver ou atenuar os danos colaterais infligidos pela ação antrópica sobre o ambiente.” (Schmidt (org.), 2023, pp.54)

Quando, por outro lado, se assume uma perspetiva crítica às premissas da democracia representativa liberal moderna, a metodologia adotada imediatamente se “ancora” na revisão crítica dos fundamentos e origens históricas da mesma, seguindo-se uma análise paralela às crises a que essa história leva (sociais, económicas, ecológicas, etc.) com um forte pendor construtivista que permite extrapolar sugestões e alternativas ao modo de organização social. Especialmente quando se incorporam nessa análise os imperativos biofísicos que permitem qualquer tipo de sociedade, democrática ou não. Ou seja, quando se interioriza, no início do estudo ou de qualquer questionamento crítico, que os imperativos biofísicos são o verdadeiro “cenário” que condiciona e permite todas as outras coisas – e não, por exemplo, um determinado modelo de democracia, ou a

necessidade (subjativa) de continuar a crescer economicamente até a um suposto infinito. Sendo que esta é a intenção deste projeto de investigação, o mesmo esforço e metodologias são aqui replicados.

32

É por via desta análise metodológica, relacionada com a literatura académica proveniente de uma esquerda¹² mais “radical”¹³, que se propõe nestas linhas uma leitura crítica da democracia representativa liberal, a par e par com a análise que se vai fazendo da necessidade estrutural que as mesmas têm de um contínuo crescimento económico exponencial. Esta segue alguns padrões identificáveis, baseando-se inicialmente em abordagens empíricas e históricas da relação entre as diferentes dinâmicas que compõem e acompanham a democracia liberal, analisando o problema sobretudo por uma perspetiva positivista (quer do estado da ecologia, quer do capitalismo e mesmo da história da democracia ocidental moderna).

Para isso, exploram-se aqui as ligações entre democracia, capitalismo, luta de classes e energia fóssil (como avançado, por exemplo, em D’Alisa & Kallis, 2020; Mitchell, 2009; Woods, 1995), tentando dissecar sistémica e analiticamente a narrativa em estudo, e procurando explicitamente estimular a emergência de novos imaginários políticos. Estas análises, aqui identificadas como “críticas” da democracia representativa liberal tendem, metodologicamente, a adotar um carácter mais empírico, sempre histórico, e amiúde comparativo, focando-se mormente na análise do presente e na história da construção institucional. Neste doutoramento estas metodologias são depois combinadas com a utilização de análises quantitativas resultantes de levantamentos científicos extensivos: quer na análise do presente estado da natureza (evolução das emissões de carbono, desaparecimento de espécies, desflorestação, presença de microplásticos nos ecossistemas, consumos de água, etc. (Bendell, 2018; D’Alisa & Kallis, 2020; IPBES, 2019; IPCC, 2022; Servigne & Stevens, 2015)), quer na análise da relação entre crescimento económico, justiça e bem-estar social, e preservação ambiental (Kallis & March, 2015; Mitchell, 2009). A escolha desta linha metodológica, nas análises críticas dos sistemas democráticos modernos, bem como nesta tese de doutoramento, pretende ancorar uma leitura -alternativa- da realidade social da modernidade em indicadores científicos, de modo a fundamentar as propostas de reorganização social que acabam por surgir num segundo momento da sua investigação/artigo (por exemplo Bobbio, 1986; Kallis & March, 2015; Latouche, 2007).

Outras abordagens críticas da democracia liberal abraçam também análises comparativas de base histórica e epistemológica, de modo a conseguirem identificar diferenças entre democracia representativa e outros tipos de democracia - como democracia direta ou deliberativa (Cattaneo et

¹² Assumo que o espectro esquerda-direita é simplista, mas considero que o tipo de crítica ao capitalismo e à democracia liberal e representativa aqui trabalhado advém inequivocamente de uma herança daquilo a que chamamos, imprecisamente, de “esquerda”.

¹³ Radical no sentido etimológico (do Latim *radicis*), ou seja, em se preocupar á priori com as “raízes” de um problema – em vez de o explorar acriticamente.

33
al., 2012; Fotopoulos, 1997; Salleh, 2017). Bonaiuti, por exemplo, distingue epistemologicamente entre autocracia (governo por uma minoria única), democracia (em que as elites se revezam na detenção do poder político¹⁴), e autonomia (em que cidadãos e cidadãs têm a mesma possibilidade efetiva de participar na legislação, governo, jurisdição e institucionalização da sociedade) (Bonaiuti, 2012).

As metodologias utilizadas nesta abordagem são normalmente, e num primeiro momento, de carácter realista ou positivista. Adotam, no entanto e num segundo momento, uma abordagem mais construtivista e mesmo “interpretativista”, numa abordagem de certa maneira replicada neste trabalho de investigação, em que se procuram abrir novas narrativas e possibilidades “para lá” do “reino do possível” que as atuais estruturas de poder parecem permitir ou conceber.

Exposto isto, avança-se agora para um aprofundamento das difíceis, mas vitais, problemáticas abordadas neste doutoramento.

¹⁴ Boillat refere-se a esta definição de democracia como “poliarquia”. Para ele, democracia implica a inexistência de elites minoritárias estáveis (Boillat et al., 2012)

34

2) CAPÍTULO II – ECOLOGIA: REALIDADE OBJETIVA OU NARRATIVA POLÍTICA?

Este é um capítulo importante desta tese de doutoramento. É nele que se procura obter um retrato fidedigno e corajoso do estado dos ecossistemas globais, quer nos seus diferentes componentes, quer no seu extenso e intrincado total. A compreensão e interiorização profunda da condição presente dos ecossistemas, da relação entre esta teia da vida com as construções socioeconómicas humanas, e do resultado tangível desta interação, constitui um poderoso guia, capaz de enquadrar questões, estratégias e abordagens para além do que é considerado como “possível” na modernidade. Este capítulo começa então por oferecer uma revisão histórica da ecologia enquanto conceito e prática global, focando sobretudo na compreensão e conceção que os Estados dela têm desde o fim da II Guerra Mundial. Mergulha depois nas implicações que a dita “ecologia de Estado” teve por todo o globo, nas sociedades humanas e nos ecossistemas em que estas floresceram, incluindo na agricultura, no desenvolvimento, na guerra fria, e nos movimentos

sociais e ecológicos. No final do capítulo, como que num “complementar contraponto”, revê-se em profundidade a situação ecológica global atual, de modo a balizar toda a reflexão que se segue, cruzando realidades objetivas com realidades sociais, e dando o mote para o capítulo seguinte.

2.1 - Revisão histórica da ecologia global

“Da mesma maneira que não podemos responder à globalização capitalista com uma globalidade anti-capitalista - sendo a globalidade o próprio capitalismo -, é ilusório opormo-nos à ameaça ecológica com um ecologismo globalizante de gestão alternativa. É apenas na multiplicidade situacional que o poder e a alegria se podem desenvolver, mesmo sem qualquer promessa de convergência para guiar as nossas ações”

(Benasayag & Cany, 2021, pp. 262)

Este segundo eixo revê, empírica, qualitativa e quantitativamente, as análises do estado de degradação atual - e objetivo - da Natureza, de modo a ancorar um entendimento profundo, científico e honesto (mesmo se “de difícil digestão”) sobre o predicamento com que nos deparamos.

Como pequeno enquadramento histórico, sem pretender reescrever tanto do que já foi escrito, e servindo de introdução a aprofundamentos vários do mesmo neste e no próximo capítulo desta tese, relembra-se aqui que o movimento ecologista global tem suas raízes no conservacionismo americano do final do século XIX e início do século XX, um período marcado por figuras como John

35

Muir e Theodore Roosevelt, que promoveram a criação de parques nacionais e a proteção de áreas naturais naquele país. Este movimento inicial focava-se sobretudo na conservação de recursos naturais e na preservação da vida selvagem, afastando o ser humano desses ecossistemas, principalmente em resposta à crescente industrialização. No entanto, foi após a Segunda Guerra Mundial que o “ímpeto ecologista” ganhou expressão global, impulsionado pelos variados impactos ambientais negativos resultantes do crescimento económico acelerado desse período e do uso intensivo de tecnologias destrutivas, como armas nucleares, pesticidas químicos, e outros tipos de poluidores. A publicação do livro *Silent Spring* de Rachel Carson em 1962, por exemplo, alertou o mundo para os perigos do uso indiscriminado de DDT e outros produtos químicos, sendo considerado um dos catalisadores do movimento ambientalista moderno.

Para além do relatório *Limits to Growth*, de Donella Meadows, um dos principais marcos no desenvolvimento da ecologia política mundial foi o *Relatório Brundtland*, publicado em 1987 pela

Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento das Nações Unidas. Intitulado *Our Common Future*, o relatório introduziu o conceito de "desenvolvimento sustentável" – definido como aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atenderem às suas próprias necessidades. Desde então, outros eventos importantes, como a Conferência do Rio de 1992 ou o Acordo de Paris de 2015, moldaram o discurso e as políticas ambientais globais, evidenciando, no entanto, as tensões entre interesses económicos e as necessidades ecológicas, um debate que continua a evoluir no cenário internacional contemporâneo (Brundtland et al., 1987) – e para o qual se procura contribuir e aprofundar nas linhas que se seguem.

Começemos por reenquadrar esta reflexão nos contextos acima desenvolvidos de Antropoceno e da construção social do crescimento económico exponencial das nossas sociedades modernas. É com este contexto de fundo, que se questiona aqui a assunção de que as políticas ambientais internacionais têm a capacidade de promover a proteção ou regeneração de ecossistemas vitais à sobrevivência humana. Isto porque, apesar de terem existido, de fato, várias conferências, legislação, e todo o tipo de políticas ambientais durante mais de 50 anos, há que perguntar porque continua a enorme maioria dos indicadores ecológicos a piorar de década para década. Para compreender isto, temos de rever o posicionamento dos estados face ao ambientalismo internacional desde as suas origens e, extrapolando, até aos dias de hoje (Brain, 2016). É essencial e urgente compreender como e porquê estas políticas foram pensadas, defendidas e implementadas ao longo da sua história – e porque continuam tão ineficazes, hoje como sempre.

É por isso importante conhecer a relação entre governos e ecologia desde o seu “nascimento” enquanto movimento de consciencialização global (McNeill, 2001). Esta é uma história que começa (a agravar-se) no final da II Guerra Mundial, no desenhar do novo mapa geopolítico e económico global.

36

É durante a Guerra Fria, e em paralelo com as questões geopolíticas e energéticas advindas da recém descoberta energia nuclear, que a ecologia começa a fazer parte da política internacional. No entanto, como referido, apesar de mais de 50 anos de avisos científicos, de centenas de conferências e “acordos internacionais” sobre o clima e os ecossistemas, e de todos os avanços tecnológicos e de mobilizações massivas da cidadania, a grande maioria dos indicadores ecológicos revelam uma deterioração acelerada, imensa e crescente. Desflorestação, sobrepesca, agricultura industrial, transporte internacional, quantidade de carros, CO₂ na atmosfera, produção de plástico e sua presença nos oceanos, extinção de espécies, entre tantos outros - todos os indicadores continuam a agravar.

Ou seja, o modo de vida dominante da humanidade moderna, e as estratégias políticas para o

manter a todo o custo, são insustentáveis: as premissas em que se baseiam não são apenas incoerentes no que toca a direitos e liberdades, igualdade entre todos; atentam também direta, inversa e proporcionalmente contra os ecossistemas e seus equilíbrios. O presente sistema de organização socioeconómica *crescentista* (produtivista, industrial, e dependente de um crescimento económico constante) é insustentável, o que - literalmente - significa “que não se pode sustentar, defender, manter.” E isso significa que teremos, mais cedo ou mais tarde, e “a bem ou a mal”¹⁵, de evoluir para outros sistemas socioeconómicos.

É desde logo evidente a incongruência entre as reais necessidades de preservação ambiental (de proteção, preservação e regeneração) e o posicionamento das grandes potências durante a Guerra Fria. Desde a geopolítica, à militarização da Natureza, ao desenvolvimentismo internacional, passando pela glorificação da tecnologia e do “progresso”, e pela competição ideológica na batalha por recursos, corações e mentes do mundo, a narrativa da modernidade tomou de assalto a ecologia, e foi desde sempre o caminho usado para reclamar o desenho do passado e do futuro, desenhar identidades e valores e guiar os povos que a abraçavam (Robertson, 2016).

Hoje o poder desta narrativa mantém-se. Este passo no exercício de revisão de literatura pretende oferecer uma análise crítica do “ambientalismo de estado”, e apelar a uma compreensão mais aprofundada das premissas, pressupostos e objetivos das diferentes entidades envolvidas na gestão ambiental global. Só assim poderemos entender o ecossistema político e o seu funcionamento, desconstruir a narrativa vigente e as suas supostas “soluções” para a crise ambiental, e pensar e desenhar estratégias reais e eficazes de ação ecológica e ambiental.

¹⁵ “A bem ou a mal” no sentido de “ou de maneira previdente e organizada, ou de maneira abrupta e caótica”, respetivamente.

2.2 - A “ecologia de estado” e os movimentos sociais

Partimos de uma definição de história da ecologia como a exploração das “*interações entre seres humanos na Natureza ao longo do tempo*” (Laakkonen et al., 2016). Nessa história recente, a Guerra Fria não foi apenas “fria” no sentido da luta pelos corações e mentes dos povos. Foi também “utilitarista”, no sentido da luta pelo acesso a recursos capazes de nutrir pessoas e economias – i.e. alimento e matérias primas (Laakkonen et al., 2016). No entanto, apesar das histórias da nova ecologia global e das estruturas sociopolíticas da Guerra Fria se encontrarem desde o início numa relação “recíproca” (Laakkonen et al., 2016), isso não significa que essa relação fosse “equilibrada”. De fato, essas interações favoreceram constantemente o ganho de curto a médio prazo das

civilizações humanas, em detrimento (literal) da Natureza e do meio ambiente. As “paisagens militarizadas”(Laakkonen et al., 2016; Robertson, 2016) e as políticas de desenvolvimento económico internacional tiveram impactos tão violentos quanto “imprevistos” (apesar de continuados) sobre populações e ecossistemas (Robertson, 2016);

As visões e motivações comunistas e capitalistas em torno da ecologia revela(ra)m o mesmo utilitarismo atribuído à Natureza (Brain, 2016)¹⁶; por todo o lado encontramos a ecologia subordinada à política externa e a outras “prioridades” (Macekura, 2011); os estudos sobre a Convenção do Mar Báltico de 1972 mostram explicitamente como o *ballet* de estados e interesses usa e depois despreza as factuais necessidades ambientais de um ecossistema degradado e submetido a um imenso *stress* (Laakkonen et al., 2016);

De fato, desde cedo que governos de todo o mundo parecem ter-se posicionado i) interna e i) internacionalmente contra a ecologia.

Internamente, porque assim que surgem os primeiros movimentos pró-ambiente estes são obrigados a lutar contra burocracias e antagonismos estatais (Laakkonen et al., 2016). Durante o Macartismo nos EUA ativistas antinucleares foram vistos como críticos das políticas estratégicas americanas e considerados pró-comunistas (Laakkonen et al., 2016). Muitos tiveram também de lutar contra a afluência e poder de divulgação de multinacionais, nas várias tentativas de manipulação e supressão de dados e provas sobre o clima e impactos ecológicos da atividade industrial movida a petróleo (Laakkonen et al., 2016). Mais tarde, quando estes movimentos sociais crescem e ampliam forçosamente o seu posicionamento social e ideológico (ou seja, para lá do “tolerado” ambientalismo “apolítico”) (Laakkonen et al., 2016; Macekura, 2011), o estado move-se ativamente para esbater a

¹⁶ Por exemplo, a visão de que “ecossistemas funcionais são mais produtivos” (Brain, 2016)

38
sua força e capacidade de agir: cooptando lideranças de movimentos sociais¹⁷, explorando divergências dentro dos movimentos(Macekura, 2011) ou recorrendo simplesmente à violência como prática de divisão interna de grupos (Laakkonen et al., 2016). Quando, em 1968, estudantes de todo o mundo industrializado atacaram ativa e violentamente a sociedade materialista e o capitalismo em si mesmo (Macekura, 2011) a bandeira da ecologia voltou a ser usada, manipulada como estratégia de manutenção de poder interno, de estabilização social e de apaziguamento da agitação política que no final dos anos 60 assolou violentamente várias capitais: desde Washington DC, a Paris, Berlim Ocidental, Praga e Wuhan (Macekura, 2011).

Esta estratégia de manipulação do discurso ecológico foi também utilizada para atacar aqueles

que, no mundo dito em desenvolvimento, se opunham à narrativa techno-desenvolvimentista das superpotências, e para restringir as crises de autoridade resultantes do ímpeto revolucionário da juventude ativista nesses locais (Räsänen & Laakkonen, 2007; Robertson, 2016). A dependência do crescimento económico – e a sua consequente sempre crescente necessidade de energia e matérias primas – impediram desde sempre a proteção dos equilíbrios ambientais (Laakkonen et al., 2016), que lhe eram (e são) antagónicos (Meadows et al., 1972; Thimothée Parrique et al., 2019).

Face às crescentes pressões populares, governos por todo o globo tentaram rapidamente “ganhar pontos” na batalha pela opinião pública. E fizeram-no invariavelmente por via de pequenas adaptações que tornassem as suas práticas industriais (de extração, transformação, transporte, montagem, distribuição, e gestão residual, todas movidas a combustíveis fósseis (Macekura, 2011), “um pouco menos destrutivas” - mas sempre sem questionar a competição internacional e o crescimento económico constante (Brain, 2016). Oficiais e ideólogos chegam mesmo a ver a Natureza como “inimiga do povo” por se recusar a alinhar com planos de rápido crescimento económico”, devendo para isso ser controlada e manipulada com cada vez maior controlo humano (Brain, 2016).

O estado foi assim, internamente e desde sempre, contra uma estratégia ecológica holística e eficaz – precisamente porque esta surge invariavelmente contra o seu desígnio moderno primeiro: o de assegurar o seu desenvolvimento por via do crescimento económico exponencial e constante.

¹⁷ Entre outras, as grandes ONGs (GreenPeace, Sierra Club, etc) passaram a ser, sobretudo desde a conferência das Nações Unidas de 1972 sobre o Ambiente Humano em Estocolmo, as únicas mediadoras entre o público e as instituições; São apenas “aceites” como tal na medida em que tentassem, na sua abordagem, equilibrar o desejo de crescimento económico dos estados com os imperativos da proteção ambiental (Macekura, 2011) – isto apesar do altamente respeitado relatório de “Limits to Growth”, apresentado pelo Clube de Roma, também em 1972, alertar no seu âmago para a questão da incompatibilidade do crescimento económico constante e o equilíbrio da atmosfera e dos ecossistemas (Meadows et al., 1972).

2.3 - Ecologia, a filha preterida

Internacionalmente, as considerações de segurança de uma superpotência (sempre) superaram as considerações ambientais (Räsänen & Laakkonen, 2007). Apesar de nascida da questão nuclear, “trigémea” das novas considerações energéticas e geostratégicas (Laakkonen et al., 2016), e acompanhada pela emergência de uma “sociedade civil transnacional” e de uma “comunidade global” (Macekura, 2011), a ecologia rapidamente se torna uma espécie de filha preterida. O realismo, o desenvolvimento baseado no crescimento económico exponencial, e a competição entre

ideologias constroem totalmente as questões ambientais desde o início, relegando-as para um plano menor, atrás de vários outros: económico, militar, energético, de acesso a recursos, e até mesmo de prestígio internacional (Laakkonen et al., 2016; Macekura, 2011; Räsänen & Laakkonen, 2007; Robertson, 2016).

A ecologia, a Natureza, o equilíbrio dos ecossistemas, nunca foram razão suficiente para que os governos agissem no campo ambiental. Ecossistemas intocados foram vistos como locais de *“paisagens selvagem ou pré-humanas de uma abundância não trabalhada, aguardando o toque de mãos humanas civilizadas para se transformar em quintas produtivas e prósperas, minas, fábricas e cidades”*¹⁸ (Cronon, 1994 pp.633). Nos anos 70 a USAID (Agência Americana para o Desenvolvimento Internacional) prometia mesmo “não usar argumentos ecológicos como elementos dissuasores de projetos de desenvolvimento” (Macekura, 2011); Surge daí também o antagonismo profundo entre as potências ex-colonizadoras e o sul global que via os seus ecossistemas e matérias primas exploradas em nome de uma prosperidade (e ecologia) que se verificava apenas nas economias industrializadas (Macekura, 2011).

Reveladoramente, ao mesmo tempo que era publicado o relatório do Clube de Roma¹⁹ *Limits to Growth*, afirmando perentoriamente a incompatibilidade entre o crescimento económico exponencial e os equilíbrios ambientais (Meadows et al., 1972), George Bush (ainda enquanto embaixador) proclamava nas Nações Unidas uma nova “ciência” (contradizendo a própria ciência) de “eco desenvolvimento”, capaz de combinar ecologia e economia e tornar “eternamente desnecessária” a escolha entre pobreza e poluição (Macekura, 2011).

A desconexão é gritante, refletida, repetida e oficial.

¹⁸ Traduzido livremente do inglês.

¹⁹ Constituído por cerca de cem membros incluindo chefes de estado e governo, administradores da ONU, políticos de alto nível, funcionários do governo, diplomatas, cientistas, economistas e líderes empresariais de todo o mundo.

Também internacionalmente a narrativa ecológica foi manipulada pelas superpotências para promover perspectivas positivas capazes de contrastar com posições “menos consensuais” adotadas em outros assuntos divisivos em que se encontravam envolvidas (Macekura, 2011). As negociações climáticas tornam-se assim verdadeiros palcos que cada lado utiliza para apresentar as abordagens e soluções que acompanham a sua “forma superior de organização humana”, seja ela comunista, capitalista ou outra (Brain, 2016; Räsänen & Laakkonen, 2007): uns a defender que a centralização da economia é antagónica às necessidades holísticas e imprevisíveis da preservação ambiental; outros

que só a eliminação da propriedade privada abriria caminho à eliminação de causas de poluição e criação de lixo, ao mesmo tempo que uma racionalidade coletiva orientaria a ação humana coletiva ao serviço da razão científica, abordando problemas ambientais de forma coerente (Brain, 2016; Roper, 2012).

A emergência de uma consciência ecológica global rapidamente tornou a reconfiguração socioeconómica, desenvolvimentista e modernizadora do ambiente nos diferentes estados numa prioridade no campo de batalha ideológica e geopolítica da Guerra Fria. Mas, sendo que a ecologia apenas constitui uma “desculpa” para avançar outros interesses, esta “reconfiguração” levou desde cedo a desastres ecológicos de grande escala, com impactos humanos e ecológicos imensos (Robertson, 2016). Desastres que, depois dos anos 60, foram progressivamente sendo “exportados” (paralelamente à produção industrial) para a Ásia (Brain, 2016). É em resposta a isto que se solidifica o ativismo ecológico global, contrapondo uma visão de limites ao crescimento económico constante à da narrativa vigente que olha a conservação da natureza como mera condição para a continuada extração de recursos (Meadows et al., 1972; Robertson, 2016).

Por tudo isto, não é de estranhar que, com o final da Guerra Fria e a passagem para uma ordem internacional unipolar, a superpotência vencedora tenha abandonado em grande medida os seus “esforços e vocação” para avançar legislação ambiental (Brain, 2016); Assim que a USSR abandonou a batalha ideológica, o ambiente deixou de visto como um “campo militarizado”, e deixaram de haver incentivos para demonstrar “superioridade ecológica”²⁰. Os EUA consideram mesmo que o descontentamento interno e global resultante de uma recusa de cooperação em acordos ambientais poderia ser, a partir de então, facilmente desconsiderada (Brain, 2016). O crescimento da China no final da Guerra Fria seguiu a mesma estratégia em termos ambientais: fazer-se notar em conferências internacionais, não participando substantivamente nas discussões e abstendo-se de assinar qualquer

²⁰ entenda-se por incentivos, incentivos geopolíticos, económicos, morais, etc. Os incentivos ecológicos para agir continuavam e continuam a existir - e a agravar-se.

compromisso - mas passando a imagem de um novo campeão ecológico e social do mundo em desenvolvimento (Macekura, 2011).

Vale a pena ressaltar, no entanto, que vários governos de ambos os lados da cortina de ferro avançaram de fato alguma legislação ambiental interna em resposta a situações concretas e de inegável impacto doméstico (lixos perigosos, água e ar poluídos, extração de matérias primas, etc.) (Laakkonen et al., 2016). Mas sempre que confrontados com outras prioridades, como a industrialização do país ou a venda de químicos para a indústria de armas (Laakkonen et al., 2016),

todos os países escolheram (e continuam a escolher) secundarizar as questões ecológicas.

Portugal não foi exceção. Por exemplo, e como nota Luísa Schmidt, em 1972, “com Portugal banido de quase todas as conferências internacionais devido às suas políticas coloniais”, o regime de Marcelo Caetano viu na criação de uma Comissão Nacional do Ambiente (CNA) uma “grande oportunidade” de participar em fóruns internacionais (neste caso a Conferência de Estocolmo sobre Desenvolvimento e Ambiente Humano), combatendo assim o seu isolamento. Marcelo Caetano via, como tantos outros dirigentes políticos, a temática do ambiente como “*uma oportunidade de introduzir alguma modernidade na (...) atuação política governamental, sem riscos excessivos*” (Schmidt (org.), 2023 pp.119). . Não é por isso de estranhar que até à primeira década dos anos 2000, a maior parte das zonas classificadas não tinham ainda um plano de ordenamento (Schmidt (org.), 2023). Ou que, precisamente nos anos seguintes à criação desse CNA, tenhamos assistido a um aumento vertiginoso em todos os impactos ambientais:

“no incremento na indústria da construção civil, cujas componentes – extração de areias e manufatura de cerâmicas – não foram acauteladas do ponto de vista ambiental; na instalação de um número crescente de indústrias poluentes, grandes e pequenas, habitualmente perto dos cursos de água e sem qualquer preocupação ambiental; na deposição de resíduos tóxicos e urbanos na paisagem; na delapidação do património cinegético (...); na eclosão de um turismo litoral desordenado (...) e na crescente e descontrolada (plantação) intensiva de eucaliptos, cuja mancha alastrou de 214 mil hectares em 1979 para 362 mil hectares em 1987, aumentando com ela o risco de incêndios” devastadores de vida (Schmidt (org.), 2023, pp. 129).

Claro que a conservação de algumas espécies (como o tigre siberiano, por exemplo) ou a redução dos níveis de chumbo no ar e na água de algumas das ex-repúblicas da URSS constituem sucessos efetivos de proteção ambiental. Assim como o caso de estudo do Protocolo de Montreal, apontado

42

(por Kofi Annan, ex-secretário geral das NU e outros estudiosos) como um grande sucesso da diplomacia internacional, capaz de “fechar” o buraco na camada de Ozono (Macekura, 2011). Mas cada um destes acordos padece de graves lacunas estruturais que os impedem de preconizar modelos de acordos internacionais eficazes no combate ao imenso predicamento ecológico em que nos encontramos.

Por um lado, focam-se apenas sobre um assunto específico – o que, como notado por Indira

Ghandi, é “evidentemente insuficiente para resolver os profundos problemas da ecologia” (Macekura, 2011); Por outro, porque mais uma vez cada um destes acordos parece ter sido avançado com outros objetivos em vista: ecossistemas funcionais para aumentar a produção florestal; apaziguamento da agitação social devido a níveis prejudiciais de poluição da água, solo e ar (Brain, 2016; Macekura, 2011); assistência técnica ao “mundo subdesenvolvido” por razões humanitárias, mas também com estratégia de defesa do “mundo livre”, assegurando (e degradando) áreas de produção e extração de matérias primas (Robertson, 2016); etc.

Na sua lógica de guerra (fria), os EUA e a USSR não se coibiram de utilizar o seu “poder e atitude” para avançar programas de desenvolvimento capazes de gerar a produção das matérias primas estratégicas de que necessitavam para as suas crescentes economias e complexos militares²¹ (incluindo agricultura, mas também energia, transporte, portos, e outros serviços). O *Four Point Programme* do presidente Truman, por exemplo, chega a considerar explicitamente que “a estabilidade de regiões subdesenvolvidas, bem como um aumento do nível de vida das suas populações, deve ser entendida sob a égide de uma mobilização da própria defesa militar Americana”²² – ao mesmo tempo que considerava que o desenvolvimento de certas regiões ajudaria a manter o comunismo fora, com maior eficácia do que armas o conseguiriam (Robertson, 2016).

Até a educação e saúde são vistas como alavancas que permitiriam transformar mais terras virgens em terrenos agrícolas, e resultar em maiores níveis de irrigação, melhores colheitas, e mercados internacionais mais vigorosos – tudo no interesse da preservação da primazia económica e ideológica das superpotências (Robertson, 2016). A Guerra Fria pode mesmo ser vista como um megaprojeto de modernização global onde forças “modernizadoras”, manipulando a narrativa

²¹ Ao mesmo tempo que, quer os EUA quer a Europa Ocidental estavam dependentes a 3/4 da importação de matérias primas de países em desenvolvimento, em 1952 o exército Norte Americano teve de enfrentar interrupções no abastecimento de matérias vitais ao seu funcionamento, passando a considerar-se como uma nação em déficit destes materiais (ROBERTSON, 2016) – o que levou o país a apostar mais fortemente na sua presença nas áreas de extração e produção de matérias primas por todo o globo.

²² Livremente traduzido do inglês

ambiental nos seus programas de desenvolvimento internacional, chocaram diretamente com as populações e ecossistemas que procuravam “modernizar” (Robertson, 2016). As tecnologias nascidas da ou para a guerra (nuclear, sementes híbridas, DDT²³ e outras) foram adaptadas para aplicação desenvolvimentista capaz de assegurar o crescimento económico dessas potências trazendo, sempre e mais uma vez, inúmeros impactos ecológicos “inesperados” (Robertson, 2016): a construção de barragens trouxe eletricidade para as urbes, mas acabou com ecossistemas a jusante, salinizou

lençóis freáticos, deslocou comunidades inteiras, aumentou a migração forçada e espalhou doenças no Egito, Irão, Afeganistão e vários outros países. A produção de sementes híbridas, aplicadas em África e na Ásia dentro da lógica do “*feed’em or fight’em*”, permitiram um aumento gigantesco de produção (cerca de 38 milhões de acres em 3 anos) mas obrigaram a um consumo igualmente gigantesco de pesticidas e herbicidas químicos provenientes do DDT, introduzindo químicos nas cadeias alimentares, envenenando solos e lençóis freáticos, consumindo enormes quantidades de água, e reduzindo fortemente a biodiversidade nesses 38 milhões de acres cultivados (Robertson, 2016).

E assim, porque nenhum governo está disposto a abandonar as suas prioridades e ativos geoestratégicos em prol da proteção da Natureza, esta torna-se num assunto secundário, depois terciário, e é sempre e finalmente “chutada” para a próxima convenção ambiental internacional²⁴- ou para a próxima geração. Por exemplo: apesar do “objetivo da Convenção de Helsínquia ter sido o de resolver gradualmente o problema da poluição que afeta o Mar Báltico” (Räsänen & Laakkonen, 2007), este objetivo não foi de todo atingido. Em 1970 o mar Báltico era um dos mais poluídos do mundo, um mar onde “a vida estava a desaparecer” (Räsänen & Laakkonen, 2007). Depois de anos de intensas negociações diplomáticas, a Convenção de Helsínquia foi assinada em 1974. Hoje, o Mar Báltico continua a ser um dos mares mais poluídos e degradados do mundo, hoje em ordens de magnitude (em termos de variedade de impactos, quantidade de agentes de stress ecossistémicos, e de redução de vida e complexidade de ecossistemas) muito superiores do que as verificadas na década de 70 (HELCOM, 2018).

É neste mesmo registo, e recuperando aqui o exemplo do estado português na sua relação com a Conferência de Estocolmo (sobre o Desenvolvimento e Ambiente Humano), que se evoca o lamento

²³ Criado na década de 1940, o DDT foi o primeiro inseticida sintético moderno. Foi usado para combater a malária, o tifo e outras doenças humanas transmitidas por insetos, e para o controle de insetos na produção agrícola e pecuária, instituições, casas e jardins.

²⁴ Veja-se por exemplo as 26 Conferências das Partes (COPs) realizadas até agora - e seus resultados práticos/ineficazes/manifestamente insuficientes (tais como observados pelo IPCC, 2022)

de José Nunes Liberato: “50 anos depois da Conferência de Estocolmo que cada um faça o seu juízo” (Schmidt (org.), 2023, pp.41). E que se repete a questão para sempre pertinente de Viriato Soromenho Marques:

Se “quase todos os países participa(ram) em convenções e acordos internacionais, supostamente destinados a combater as ameaças globais

comuns a todas as nações e povos (...) como poderemos explicar que a destruição ambiental não só não tenha, pelo menos, diminuído, mas antes continue a intensificar-se?” (Schmidt (org.), 2023, pp.60).

O que foi realmente conseguido foi uma substituição “das preocupações sobre a degradação de o ambiente marinho por um otimismo quanto ao futuro” – um “tão grande sucesso” que foi “posteriormente utilizado como modelo para outras convenções ambientais internacionais” (Räsänen & Laakkonen, 2007). O mesmo se passou com a Convenção de Munique de 1984 sobre a Poluição Atmosférica Transfronteiriça: apesar de não incluir os governos na antiga RDA -devido a invocados imperativos de industrialização- foi “pelo menos” importante para avançar cooperação internacional (Laakkonen et al., 2016).

Convenções internacionais de limitação de testes-nucleares (como o *Limited Nuclear Test Ban Treaty* de 1963) foram comprometidas ao permitirem testes subterrâneos e não serem aplicáveis aos maiores poluidores (como o exército ou o complexo industrial-militar) (Laakkonen et al., 2016). Mesmo o *Committee on the Challenges of Modern Society* (CCMS) da OTAN, por exemplo, identificou vários desafios ecológicos e conseguiu que diferentes países se organizassem em torno de estudos sobre diversos assuntos relacionados com o ambiente (manifestamente mais fácil de conseguir do que legislação eficaz de proteção ambiental). Mas o verdadeiro objetivo deste acordo, desenhado e celebrado também ele como um sucesso, era o de dar mais um passo da *détente*, e os estudos efetuados desde então deram origem a uma reduzidíssima implementação prática de proteção ambiental (Macekura, 2011).

Posto isto, e embora se possa argumentar que sem diálogo não há possibilidade de concordar ou administrar nada (Räsänen & Laakkonen, 2007), é igualmente argumentável que na história da relação dos estados com a ecologia, uma vez que o tão desejado diálogo começa, o foco deixa de ser a ecologia e rapidamente passa a ser sobre o “verdadeiro” objetivo que o aparelho de Estado tem para determinada situação.

Dito de outra forma: as disputas políticas impregnaram e minaram a diplomacia ecológica desde o seu início (Macekura, 2011). Instituições internacionais de discussão climática acabaram por se transformar em palcos onde nações em desenvolvimento tentavam contestar a ordem mundial da

45

altura, promovendo novos códigos de conduta, procurando novos padrões de comércio internacional e legitimando o seu controlo sobre áreas e recursos sob o olhar de nações industrializadas (Macekura, 2011). Sempre e outra vez, as necessidades ecológicas secundarizadas aos “imperativos” dos estados, sejam eles quais forem.

A incompatibilidade histórica entre o desejo de crescimento económico e a necessidade de

proteção ambiental criou tensões que continuaram ao longo da História até aos dias de hoje, com a ecologia sempre relegada para um lugar secundário. Esta secção da revisão de literatura procura oferecer uma perspetiva elucidativa sobre as posições históricas e atuais de todos os governos face às questões ambientais: antagónicas, utilitaristas, focadas antes de tudo no crescimento da sua economia e do seu poderio militar. O fato de se enaltecem este tipo de “esforços governamentais” ou destes “bem sucedidos acordos ambientais” (muitas vezes também por parte do mundo académico que se debruça sobre o tópico) relega a reflexão e a crítica para um beco sem alternativas, onde o *manifestamente insuficiente* é celebrado como o *melhor que se conseguiu*; Mas com os ecossistemas e atmosfera há décadas em “alerta vermelho”, necessitamos de alterações profundas do modo como nos organizamos e medimos o sucesso das nossas sociedades.

Fica assim claro que acordos climáticos ditos “*dentro do possível*” (como o foram e são ainda, quase sem exceção, todos os acordos climáticos) são manifestamente insuficientes para fazer face aos desafios ecológicos do nosso tempo. A dependência estrutural de um continuado crescimento económico por parte dos estados, antagónico por desenho à proteção ambiental, mina histórica e presentemente quaisquer possibilidades de se conseguir um acordo eficaz de proteção ambiental nas suas tantas frentes.

Isto que obriga a uma pergunta, talvez para um outro trabalho de investigação: se, apesar de toda a ciência e da crescente pressão popular, governos por todo o mundo (incluindo as “democracias” ocidentais) se recusam há décadas a agir decisivamente, poderão, deverão ser eles e os modelos económicos que sustentam (e impõem) começar a ser considerados como parte do problema, e não da solução?

2.4 - Avaliação crítica da situação ecológica atual

Como referido acima, o impacto da humanidade no planeta e sua atmosfera é de tal magnitude que forçou uma nova era geológica – o Antropoceno²⁵. Esta nova era é definida pelo impacto imenso da atividade humana na Terra, e está intimamente interligada com a chamada “Grande Aceleração”

²⁵ Em discussões oficiais finais, na Comissão Internacional de Estratigrafia, que supervisiona a carta de tempo geológica oficial - <https://www.nature.com/articles/d41586-019-01641-5>

(Fig.2): o período pós-Segunda Guerra Mundial no qual várias tendências socioeconómicas e do sistema terrestre se agravaram a ritmos dramáticos e exponenciais (Steffen et al., 2015). A magnitude do impacto da industrialização humana na vida e nos ecossistemas terrestres é tal que a centralidade da ecologia se torna cada vez mais uma premissa obrigatória de qualquer novo pensamento político (Bookchin, Bookchin, et al., 2015; Sťahel, 2020). Esta afirmação é corroborada

constante e profundamente pelas análises oficiais dos painéis internacionais de estudo dos ecossistemas, incluindo a atmosfera (UN-IPCC²⁶) e a biodiversidade (UN-IPBES²⁷) - os maiores exercícios de *peer-review*²⁸ do mundo, que ancoram os fundamentos do conhecimento científico mais atual em termos atmosféricos e de biodiversidade.

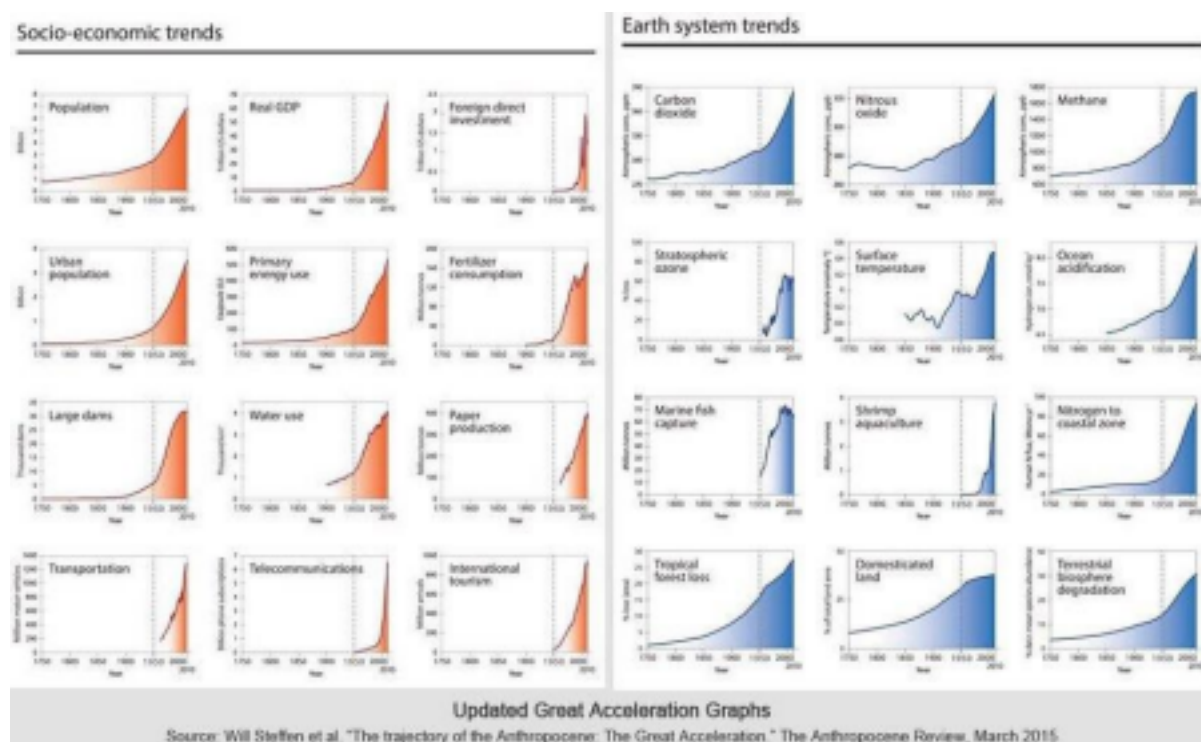


Figura 2.1 - A grande Aceleração

Estes relatórios corroboram o alargado consenso científico de que os mais importantes indicadores ecológicos estão todos “no vermelho”: Os oceanos estão acidificados com consequências desastrosas que se estendem dos corais aos cetáceos (Zeng et al., 2015), e os microplásticos que os enchem sobem pelas cadeias alimentares até ao ser humano (Andrady, 2011; Cole et al., 2011). A

²⁶ IPCC - Intergovernmental Panel on Climate Change

²⁷ IPBES - Intergovernmental Science-Policy Platform on Biodiversity and Ecosystem Services ²⁸ Nenhum destes painéis conduz investigação própria, identificando apenas os pontos onde a ciência está de acordo, onde tem diferenças de opinião e onde necessita de fazer mais investigação. Ou seja, refletem o que a ciência tem por comprovado.

sobrepesca extraiu 90% do peixe graúdo do mar (J. B. C. Jackson et al., 2001; Pauly & Zeller, 2016), e a construção de barragens destruiu ecossistemas ribeirinhos por todo o mundo - por exemplo, 95% dos rios ibéricos deixaram de ter peixes diádomos –como o salmão– a subir as suas águas (Mota et al., 2016). Só na Europa perderam-se 75% das espécies de polinizadores (Hallmann et al., 2017), e 52% das espécies de aves entre 1980 e 2010 - uma perda de 300 milhões de aves no total (PECBMS, 2018). A deflorestação é igualmente galopante, com a perda de 80 milhões de hectares de floresta

virgem desde 1990 (FAO, 2020), a redução de capacidade de retenção de CO₂ e o correspondente desaparecimento de espécies. A agricultura absorve hoje uns insustentáveis 70% da água potável do mundo, impedindo a recuperação do ciclo da mesma em vários locais (FAO, 2017), e a criação de animais é tão intensiva que 96% da massa de mamíferos na terra é constituída de humanos e gado de pecuária industrial, e 82% da massa aviária global é constituída por galinhas domésticas (Bar-On et al., 2018), com todas as poluições que se lhes relacionam, desde a produção à transformação, embalagem e distribuição de carne;

Em nome da uniformização e do lucro perdemos uma variedade avassaladora de espécies de frutos e legumes -75% entre 1900-2000 por todo o mundo (FAO, 2020) - comprometendo a diversidade e consequente estabilidade dos ecossistemas. Ao mesmo tempo, retirámos do solo, e queimámos – e continuamos a consumir - cerca de 100.000.000 (cem milhões) de barris de petróleo por dia (BP, 2020).

A lista é interminável, avassaladora e em aceleração exponencial (Steffen et al., 2015). O sistema é claramente insustentável. As emissões de GEEs, apesar de centralizarem toda a atenção político mediática, bem como os esforços técnico-científicos da comunidade internacional, não são mais do que um mero sintoma de um problema muito maior. Apesar de preocupantes, as emissões de CO₂ e outros GEEs são apenas uma das tantas poluições (líquidas, físicas e gasosas) geradas por um sistema em que a economia vai melhor quanto mais eficaz for a sua capacidade de transformar a Natureza em lixo: Um fluxo termodinâmico de

extração → transformação → utilização como bem ou serviço → poluição

E, na ânsia de resolver o problema das emissões de GEEs, é esquecida a complexidade e interconexão do mundo, sacrificando-se o que ainda resta de natural para continuar a construir a infraestrutura material e energética de suporte a um –ainda e sempre– sistema dependente do crescimento económico exponencial.

Um exemplo “fácil” (bem estudado, mas fácil e empiricamente compreendido) é a quantidade de minas que têm de continuar a ser abertas e exploradas para possibilitar a tão desejada construção e instalação de todos os painéis solares, eólicas, baterias (de lítio e outros), etc. Tudo para conseguir atingir os mesmos níveis de consumo energético que atualmente são assegurados pelos combustíveis fósseis(ou maiores, já que o consumo energético e o PIB de um país evoluem em marcada correlação). Para além de todas as (outras e mais) minas necessárias para construir toda a

infraestrutura eletrificada e digital em que essa “transição energética” aposta e pretende alimentar: redes elétricas, *smartgrids*, computadores, telemóveis, *SmartCities*, *Internet of Things*, ecrãs planos, carros elétricos, maquinaria elétrica de todo o tipo, etc. Se, em 1800, a economia global assentava sobre 9 elementos da tabela de elementos de Mendeleiev (ver fig. 2.2), em 2000 existem aplicações industriais para todos os elementos da tabela periódica – a maioria deles com proveniência externa à EU, e todos eles com uma demanda crescente de utilização.

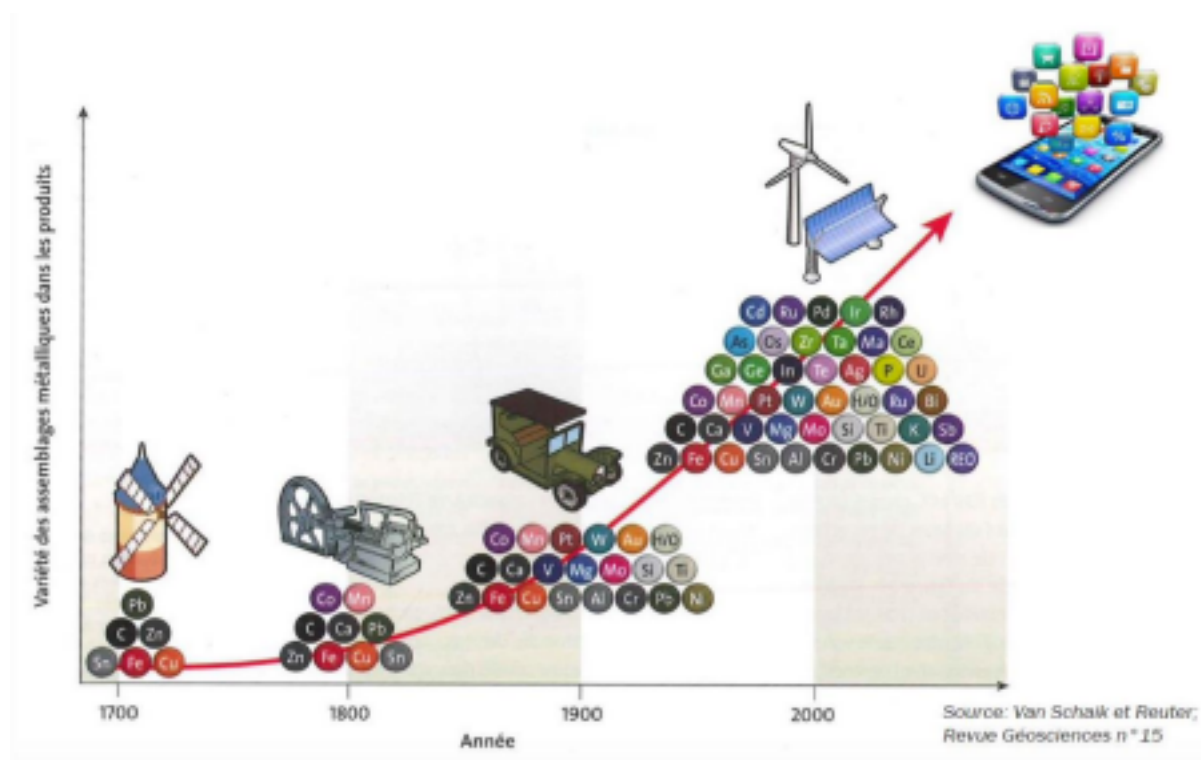


Figura 2.2 - Aumento do número de metais utilizados de acordo com a evolução tecnológica

Para além de toda a já referida infraestrutura movida a combustíveis fósseis (que, recorde-se, alimentam ainda 85% das cadeias de produção e distribuição no mundo (BP, 2020)), que é necessário manter para conseguir esta infraestruturação. E para além de todos os territórios naturais (serras, montes, zonas rurais, zonas costeiras, fundos do mar, etc.) que terão de ser sacrificados em nome da exploração dos tantos materiais necessários a que tudo isto funcione, para que possamos,

49
teoricamente, emitir um pouco menos de GEEs, enquanto mantemos os nossos estilos de vida, já tão marcadamente insustentáveis.

Aqui ajuda também introduzir o conceito de MIPS (*Material Input Per Unit of Service*, em inglês, ou Material por Unidade Produzida/Servida²⁹). O MIPS foi desenvolvido por Schmidt-Bleek e pelo Instituto Wuppertal, na Alemanha, em 1993, e é muito útil para medir o desempenho ambiental de uma qualquer atividade empresarial – ou produto dela resultante. Utilizando este conceito, é

possível analisar todo o processo de trabalho, incluindo todos os recursos naturais inseridos (materiais e energia) no processo de produção de um produto ou serviço desejado, podendo depois ser utilizado como base para estabelecer a Análise do Ciclo de Vida dos mesmos (Cahyandito & Sc, 2002). Os cálculos do MIPS baseiam-se nos fatores de intensidade de materiais, que indicam quantos quilogramas de recursos naturais em cada uma das cinco categorias de recursos naturais são utilizados ou transferidos no ecossistema para produzir um quilograma de determinado material ou uma unidade de energia. Ou seja, o MIPS apresenta um ratio entre o peso final de um produto, e toda a matéria e energia que foi necessária mobilizar para o construir (por exemplo, são necessários mais materiais para construir uma camisa, do que o peso final da camisa em si).

Normalmente os ratios MIPS situam-se nas “dezenas de vezes maiores” que o produto final. Nos produtos ditos “*smart*” (conectados), por estarem dependentes de materiais que se encontram altamente diluídos pela crosta terrestre, o ratio aumenta significativamente. E, regra geral, apesar dos continuados ganhos de eficiência que vão sendo alcançados, quanto menor “materialidade” apresenta um bem ou serviço, *maior* é o seu MIPS. Assim, por exemplo, um *smartphone* apresenta um MIPS médio de 1200 (ou seja, são necessárias 1200 vezes mais de matéria/energia mobilizada do que o peso do telefone). O microchip, com um tamanho microscópico, mas uma complexidade que pode chegar aos 52 materiais diferentes na sua constituição, chega a atingir MIPS de 16.000 – ou 16.000 vezes o seu peso em materiais e energia necessários para o produzir. Os produtos “desmaterializados” (como a própria internet, ou Inteligência Artificial) têm os seus próprios MIPS, normalmente nas centenas ou milhares de vezes (Pitron, 2023).

Quanto aos ganhos de eficiência e a consequente redução dos MIPS tantas vezes evocados em relação a um determinado produto ou serviço, volta a evocar-se aqui o inescapável paradoxo de Jevons: quanto mais eficiência se consegue, maior competitividade se obtém, atingindo uma consequentemente maior fatia de mercado, levando a uma maior quantidade produzida e, portanto, e no agregado, a uma maior extração, produção e resíduos.

²⁹ em tradução livre para o Português

Assim, a eficiência metódica e a universalidade mecânica do presente sistema ameaçam as bases mesmas dos equilíbrios biofísicos presentes no planeta, os mesmos responsáveis pelos últimos 12.000 anos de estabilidade ecológica que permitiram o aparecimento das cidades, civilizações e do ser humano “moderno”. Ou seja, procuramos e glorificamos soluções desenhadas para “salvar” um sistema de organização humano que é altamente destrutivo, em vez de procurarmos soluções efetivas para modelarmos sociedades humanas em torno dos essenciais equilíbrios ecológicos que

consigam assegurar a sua sobrevivência e prosperidade. E fazemo-lo, mesmo em detrimento de procurarmos soluções em torno da adaptação necessária face a um mundo onde essa estabilidade, globalidade, e equilíbrios ecológicos estarão severamente degradados. De resto, como tudo parece indicar já estar a acontecer e, dada as dinâmicas próprias ao “necessário” crescimento económico exponencial, que podemos com alguma certeza continuar a ver agravar enquanto não for abandonado o presente modo de organização socioeconómica.

3) CAPÍTULO III - A GRANDE INCOMPATIBILIDADE

Este capítulo pretende “casar” os dois capítulos anteriores. Começando pelo primeiro, recordar a importância e poder das narrativas políticas enquanto forças moldadoras da realidade social, revendo algumas das mais importantes narrativas políticas da modernidade ocidental: a do crescimento económico exponencial, cuja aplicação prática obriga a um crescente extrativismo e poluição, destruindo ecossistemas e a atmosfera; e a da democracia representativa, “carapaça

política” desse modelo económico, construída sob um horizonte de expansão material infinito. Estas duas narrativas, cuja simbiose nasce com o advento dos combustíveis fósseis, definem hoje a nossa socioeconomia, retroalimentando-se e impedindo a materialização de qualquer alternativa social que não parta da sua premissa basilar da necessidade de fazer crescer a economia, exponencialmente e *ad aeternum*.

Referindo-se depois ao segundo capítulo, recordar os impactos e limites biofísicos identificados, reformulando-os enquanto última realidade tangível e objetiva: da Natureza e seus limites. Da depleção de ecossistemas por todo o globo, á gritante e crescente poluição dos mesmos e da atmosfera, a interrupção dos ciclos naturais, os impactos do extrativismo industrial e mesmo a erosão de reservas de fontes de energia ou dos materiais necessários à continuação da operação industrial global que sustenta os modos de vida ocidental, a sua “normalidade” moderna.

Desse inevitável embate entre uma narrativa onde não existem limites e uma realidade biofísica em que eles inexoravelmente existem e se fazem sentir, procura-se aqui retirar extrapolações e conclusões. Acautelando também para a falácia “vendida” quer pelas variantes dessas narrativas hegemónicas (como a do crescimento verde), quer pelas narrativas alternativas que não abandonam o crescimento económico e o extrativismo industrial como forças motrizes da sua mundivisão (como a do marxismo ou do socialismo, por exemplo). A isto juntam-se as já referidas reservas na literatura académica quanto à possibilidade de um sistema representativo liberal (como da modernidade ocidental) ser capaz de uma verdadeira transição para um sistema que não esteja alicerçado no imperativo do crescimento económico exponencial. Percebendo o sistema representativo liberal como uma expressão política do capitalismo (Fotopoulos, 2007a; Woods, 1995), urge também uma profunda e radical refundação democrática capaz de encaixar e nutrir a necessária transição (Cattaneo et al., 2012; Deriu, 2012; Fotopoulos, 2007a; Hollender, 2018). É também face a isto que se busca, neste projeto de investigação, uma experimentação com a necessária reformulação estrutural do sistema democrático, não “apenas” pequenos ajustes, ou “injeções periódicas” de “outros tipos mais aprofundados de democracia” numa democracia representativa liberal – como tantas vezes “experimentado” por responsáveis políticos um pouco por todo o mundo. A mesma lógica aplica-se à socio-economia no seu todo, mas os constrangimentos da investigação académica balizada por bolsas

52

de duração reduzida ditam o foco apenas numa das vertentes do sistema. Fica assim o convite a que mais investigação de carácter prático-experimental seja conduzida na direção aqui apontada.

3.1 - Crescimento Económico vs. Ecologia

Começamos por repetir uma observação basilar e autoevidente: A sustentabilidade de um sistema natural, objetivo, biofísico, em equilíbrio, com ritmos naturais e temporalidades extra humanas está em total incompatibilidade com um sistema económico, “socialmente construído” (no sentido de que existe apenas enquanto narrativa social) – e portanto subjetivo –, de acelerados ritmos tecno-industriais, exigências materiais e energéticas em constante expansão e uma temporalidade capitalista (Thimothée Parrique et al., 2019). Habitamos assim, hoje em dia, dois sistemas fundamentalmente contraditórios – e acentuamos constantemente a sua incompatibilidade, agravando os impactos e perigos que resultam do seu embate frontal.

“Constatamos todos os dias a contradição entre os nossos medos mais íntimos e as nossas ações quotidianas. Quem é que hoje, por exemplo, pode dizer que não está consciente da catástrofe ecológica? Todos os dias nos chegam notícias de catástrofes e dos seus efeitos cada vez mais maciços nos ecossistemas e nas sociedades humanas. Estamos imersos na ameaça, e sabemos-lo. E, no entanto, muitos continuam a reagir como este ser com a sinapse da dor cortada, incapaz de retirar a mão de cima de uma chama que lhe queima a pele”.

(Benasayag & Cany, 2021, pp. 189)³⁰

Começa-se por iluminar as enormes contradições e dissonâncias cognitivas da nossa sociedade (e enquanto indivíduos), para assim ilustrar a incompatibilidade entre os sistemas socioeconómicos existentes e os equilíbrios biofísicos da terra, e iluminando ao mesmo tempo o poder imenso da narrativa do crescimento económico exponencial, que permeia tantas variantes políticas, do capitalismo verde ao marxismo.

Toda a economia se baseia na transformação da natureza em mercadorias (por via do trabalho humano), e em seguida em lixo. É aí que o excedente (*throughput*) da economia se materializa, e onde tantas das contradições do sistema se revelam e acumulam. Como afirmou Polanyi, o capitalismo

³⁰ Tradução livre do francês

(como o crescentismo que o caracteriza) é um sistema de mercado complexo que inclui limites, inputs e outputs, e também *feedback-loops* fisicamente balizados por limites humanos e naturais (Klitgaard & Krall, 2012).

Ou seja, a falta de entendimento das dinâmicas acima descritas resulta numa repetição de uma mesma abordagem ao sistema, enviesando apenas a narrativa dominante - que coloca o crescimento económico exponencial num plano de “cenário” onde toda a trama se passa, e não como um elemento da própria trama que possa ser refutado ou substituído - um raciocínio incurial que preconiza “o colapso das bases ecológicas da sociedade”³¹ (Bookchin, Bookchin, et al., 2015).

Por exemplo, está bem patente na *variante* verde do crescentismo (o crescimento verde), que procura fundir crescimento económico, ecologia e progresso social numa narrativa em que propõe, por via do tecno-solucionismo e da digitalização-de-tudo, manter e aumentar todos os níveis de conforto e materialismo, deixando intacto o sistema socioeconómico vigente, e ainda “salvar o planeta” (Hickel, 2020). Como visto acima, a enorme dependência que um sistema económico desta natureza tem do fácil acesso e preços acessíveis a uma quantidade sempre crescente de energia e matérias primas, bem como da estabilidade das imensas cadeias internacionais de produção, distribuição e consumo, tornam esta “alternativa” mais do mesmo (crescimento), mas com um toque de (marketing) verde³².

Do outro lado do espectro, surge o Marxismo, cujas reflexões não foram capazes de considerar a fundo, nem de reconciliar, a questão dos limites da Natureza na sua análise do capitalismo (Salleh, 2017). Também Bahro argumenta que o socialismo, tal como o capitalismo, está preso a uma lógica de crescimento económico que evita uma rutura fundamental com a economia industrial e produtivista, ignorando assim os limites ecológicos do planeta – de modo a conseguir competir com as promessas materialistas feitas pelo capitalismo (Bahro, 1984). Esta repetida promessa e intenção de continuamente aumentar o “poder de compra dos trabalhadores”, por exemplo, é uma evidência facilmente observável hoje em dia em praticamente todos os modelos sociais inspirados no marxismo, incluindo a enorme maioria dos sindicatos, bem como a grande maioria das outras forças sociais que advogam a necessidade de abolir o capitalismo.

Outros exemplos existem. Por exemplo, a insuspeita “ecologia económica” vem constituir também, no fundo, uma abordagem que visa integrar “*elementos de economia, ecologia, termodinâmica, ética e outras ciências naturais e sociais para trabalhar uma perspetiva integrada (e*

³¹ Tradução livre do inglês

³² Sobre a adição de fontes de energia, e não a “transição” de uma para outras, ver fig 4.1 e 4.2, Capítulo IV desta tese

limites ao crescimento inerente a um sistema de mercado, não considerando tampouco a aplicação socio-ecológica do paradoxo de Jevons – que só o decrescimento (ver abaixo) vem abraçar (Klitgaard & Krall, 2012). Ou seja, não basta apenas ter em conta os imperativos ambientais para o desenho de uma nova economia. Há que projetar toda uma nova socio-economia desconectada da necessidade permanente do crescimento económico exponencial. É este fator que leva a que a ecologia económica mereça a mesma crítica feita ao eco-modernismo: i.e. pressupor apenas a mudança de fatores secundários à natureza mesma do sistema, não avançando no entanto um novo modelo socioeconómico em equilíbrio com o mundo biofísico em que forçosamente opera - por exemplo, ao propor a eletrificação do sistema por via de energias ditas “verdes”, deixando inalterados os seus pressupostos de extrativismo, produtivismo e *crescentismo* (Thimothée Parrique et al., 2019).

Lia Vasconcelos observa por seu lado que a necessidade de novas abordagens se torna cada vez mais indispensável à medida que as pessoas se vão apercebendo das mudanças estruturais dos contextos que as rodeiam (por exemplo nas maneiras de entender a governança, de lidar com processos políticos, e mesmo de compreender o conceito de sustentabilidade e os limites de tantos “recursos naturais”) (Vasconcelos, 1996).

É tendo em conta todos estes aspetos e limitações que se procura nesta tese (de análise crítica e metodologia de investigação-ativa com impacto territorial), avançar um processo social contínuo e criativo, propício ao desenvolvimento de uma sociedade mais autonomizada³⁴ da rigidez das instituições. A intenção é criar algo capaz de reconhecer, desafiar e modificar o seu próprio imaginário social, evitando as “armadilhas” do presente sistema representativo institucionalizado. Este, pela sua incapacidade de empoderar a decisão pelo coletivo, acaba por cooptar a experimentação democrática, “dissolvendo” o impacto da experiência deliberativa, e levando a um sentimento de “perda de tempo” pelos eleitores envolvidos - algo que funciona na prática como uma “*inoculação contra a democracia direta/participativa*” (Fotopoulos, 2007a; Guerra, 2010). Na mesma linha, como já referenciado no Capítulo I, desta tese, Bonaiuti (na linha de Castoriadis e Fotopoulos) “acusa” a democracia liberal representativa moderna de dificultar possibilidade de uma verdadeira transição

³³ Tradução livre do inglês

³⁴ Em oposição a sociedades ditas “heterónomas” que, sem estarem conscientes das origens históricas/humanas/inventadas das suas instituições, recorrem a elementos externos ou transcendentais para validar e fazer respeitar essas ditas instituições, que vêm como imutáveis (Varvarousis, 2019).

55
social, por via da diminuição do significado mesmo de cidadania, pelo aumento da passividade dos sujeitos, pela concentração do poder nas mãos de elites político-económicas, e pela dependência total de um desenho económico forçado ao crescimento económico constante (Bonaiuti, 2012).

É por isso, face ao crescente descontentamento e consequente redução da participação das populações nas democracias ocidentais que tantos autores apontam que a democracia moderna (o tal sistema representativo liberal em que vivemos) deve ser repensada e reformulada urgentemente (Ferreira, 2015; Guerra, 2010). É como forma de fazer face ao desencantamento com um senil mundo velho que este trabalho de investigação visa contribuir, por via da experimentação prática e da observação participante com novos métodos de gestão do bem comum: mais sustentáveis, horizontais, empoderadores e de impacto local, desde as bases.

3.2 - O presente desenho do sistema global

Para sustentar uma análise crítica e comparativa entre eles, começamos com uma definição do que entendemos pelo “presente desenho do sistema global”. Hoje em dia, e recordando a análise histórica feita acima, a grande maioria dos macro sistemas socioeconómicos (como nações ou multinacionais) por todo o mundo, estão baseados e dependentes do crescimento económico, por sua vez ancorado em gigantescos sistemas logísticos de extração, transporte, transformação, e distribuição de recursos. E existe uma importante consideração em torno da relação direta entre crescimento económico e a consequente capacidade de produzir/aceder a material bélico, capaz de assegurar o acesso a recursos/matérias primas, que consigam por sua vez garantir a estabilidade e continuação do ciclo extrativista-produtivista.

Assim, e de modo geral, como já visto, todos os governos modernos, bem como as multinacionais que neles operam, estão obrigados a um crescimento económico. Na crítica feita por Harvey, a necessidade de crescimento económico surge como o motor e a maldição do capitalismo, uma força que reconfigura continuamente o espaço geográfico, criando desigualdades, deslocando comunidades e esgotando recursos naturais (Harvey, 2010). E, de facto, a nível global, para ser considerado sustentável, o PIB coletivo tem imperiosamente de manter um crescimento económico médio de 3% ao ano (C. I. Jones, 2016), sob pena de tantas das entidades que nele participam virem a enfrentar falência ou recessões económicas – e uma consequente perda de poder.

Face a essa “realidade inescapável”, o mundo humano moderno cristalizou-se num sistema crescentista, extrativista, produtivista, tecno-industrial global. Ou seja, um sistema socioeconómico global onde a produção é um fim em si mesmo. Um sistema, recorde-se, assente numa economia dita linear, onde a “mola” da economia é o ciclo de extração de matérias primas, sua transformação, produção de bens e serviços e, finalmente, descarte do lixo resultante (em estado gasoso, líquido e

56
sólido). Um sistema onde, quanto mais rapidamente este ciclo de extração-produção-descarte se der, quanto mais rápida e eficazmente se conseguir transformar a Natureza em lixo, melhores evoluem os indicadores económicos e, portanto, melhor fica a economia – e, *“portanto dos portantos”*, “melhor

vai a vida” no geral.

É um sistema crescentista, acumulador, de competição, de valorização do capital acima de tudo, de glorificação de traços patriarcais ancestrais na organização e gestão do trabalho e da sociedade, e baseado numa constante e violenta exploração de pessoas e Natureza (Söderbaum, 2019). Independentemente dos seus sistemas políticos serem capitalistas, comunistas, socialistas, sociais democratas, autocracias, etc., todos os estados estão ancorados nestas percepções comuns do mundo e do seu funcionamento – e na separação entre o Homem e a Natureza (Amaro, 2017; Bahro, 1984). Nele, bens e suas partes constituintes são produzidos em diversas partes do mundo, tendo de o viajar extensivamente (por vezes várias vezes) entre os locais de extração das matérias primas, até aos locais de refinação, depois transformação, montagem, embalagem, distribuição e finalmente de coleta do lixo resultante e sua disposição (Le et al., 2022). Ou seja, o modo de vida de grande parte das sociedades ditas modernas está dependente não apenas de gigantescas cadeias de produção e distribuição, mas também do crescimento económico exponencial que as alimenta e permite (Thimothée Parrique et al., 2019; Servigne & Stevens, 2015). O que nos lembra que o problema ecológico não é apenas um problema ambiental, mas também um de extração, destruição de ecossistemas, e exploração de pessoas e comunidades, sempre em busca da maior margem de lucro (Foster, 2011).

A compreensão da magnitude e escala dos mecanismos que permitem o nosso modo de vida moderno é importante em vários sentidos. Por um lado, permite ganhar uma noção de escala, de dependência (do funcionamento destas cadeias), e de impacto (de todas as poluições, de todas as máquinas e fábricas, movidas mormente a combustíveis fósseis (mais uma vez, 85% à escala global, de acordo com a BP (2020)). Permite também começar a entender o antagonismo entre “competição internacional” e preservação de saberes ao nível local/nacional. Por exemplo, se produzir roupas do outro lado do mundo, com todos os impactos associados com a sua produção e distribuição, é mais barato do que as produzir localmente, o resultado é o paulatino abandono da produção de tecidos e roupas a nível nacional, e com ela a perda de saberes relacionados. Adquirir noção do tamanho, interdependência e complexidade das cadeias de produção e distribuição globais, bem como a sua relação com a financiarização da economia (e a instabilidade que cada vez mais a caracteriza), o seu impacto nos ecossistemas, e as crescentes tensões sociais que vai criando, permite começar a “unir os pontos”.

O que leva -ansiosamente- na direção a um entendimento do que se qualifica como um cada vez mais provável paulatino colapso do modo de vida das nossas sociedades modernas (Hollender, 2018; Servigne & Stevens, 2015). De um entendimento do que esse “colapso” significa, a nível global, mas

também nacional e local. Ou seja, é cada vez mais provável que as dificuldades que estão a ser sentidas atualmente sejam em breve submergidas por uma onda gigantesca de vários *feedback-loops*. Vários analistas descreveram em pormenor a forma como os efeitos combinados são suscetíveis de conduzir a um colapso súbito e catastrófico do sistema na economia global (ver por exemplo Duncan, 2013; Greer, 2005; Korowicz, 2012; Kunstler, 2005; Mason, 2003; ou T. Morgan, 2012). E, eventualmente, a uma revisão das estratégias – políticas, pessoais, económicas, comunitárias - de adaptação a uma realidade que cada vez se sente mais próxima, ainda que sem revelar o seu desenrolar, o seu timing, ou os seus próximos impactos (Servigne & Stevens, 2015).

Esta compreensão, por seu lado, é um “novo” e essencial elemento para questionar a validade de uma narrativa hegemónica de crescimento económico a todo o custo, que não contabiliza impactos humanos e naturais (as chamadas “externalidades negativas”). E, importantemente, ajuda a um estratégico posicionamento capaz “aproveitar” as crises iminentes e conseguir descolonizar imaginários sociais³⁵, ganhando espaço para sonhar e explorar novos caminhos, transições e estratégias sociais para um futuro de pós-crescimento (Varvarousis, 2019).

³⁵ Imaginários sociais no sentido daquilo que é consciente e inconscientemente reconhecido pela sociedade – não daquilo que é acordado entre os seus membros (Varvarousis, 2019).

4) CAPÍTULO IV - NOVAS VISÕES E ALTERNATIVAS

4.1 - A natureza das crises e suas oportunidades

É assim que entramos neste IV capítulo: a antever um desencadear de crises sistémicas, que – como se observou claramente na Grécia, entre 2008 e 2015 (Varvarousis, 2019, 2020) – provocam uma destabilização da normatividade e dos seus antigos imaginários sociais, abrindo espaços para períodos de transição – e a novas narrativas sociais.

Aqui, prosseguindo o encadeamento desta tese de doutoramento, permite-se o abrir de parêntesis para olhar a natureza das crises, e a sua importância na capacidade das sociedades humanas se repensarem e, eventualmente, transitarem para novos modelos de organização social. Desde Milton Friedman, a Naomi Klein, passando por Latouche, Varvarousis e Servigne, vários são os autores que se debruçaram sobre a natureza e o papel catalisador das crises.

Ao contrário do imaginário social alargado, de que indivíduos, coletivos e sociedades conseguem paulatinamente alterar e fazer evoluir os seus imaginários, as crises são entendidas e vividas não apenas como momentos em que elites políticas e económicas aproveitam para reescrever normas e regras sociais (Klein, 2007), mas também onde populações inteiras são confrontadas com a natureza “inventada” das narrativas sociais que enquadram as suas vidas e as suas visões do presente e do futuro (Varvarousis, 2019). E é nessa altura que se abre um espaço de suspensão coletivo – a que Varvarousis chama de *liminal*. Aqui, mergulhadas nas contradições, ansiedades, esperanças e instabilidades próprias a uma crise, populações inteiras passam a navegar numa espécie de “vazio narrativo”, questionando criticamente o seu passado e procurando novos sentidos e escolhendo novos caminhos entre as narrativas que, nesse momento, e mesmo se marginais, parecem na sociedade (Varvarousis, 2019). Ou, como concluem Graeber e Wengrow (2021), é mais comum que as novas ideias tomem o seu espaço, não pela compreensão das presentes elites de que os seus modos de vida são desadequados, mas pela eventual “morte” dessas elites, deixando uma nova geração a viver na certeza de uma nova realidade.

É então que se verifica a máxima narrativa de Milton Friedman quando afirma que “*o resultado de uma crise depende das ideias disponíveis no momento*” (Varvarousis, 2019, pp.17). E é também nesta altura que Latouche advoga uma “pedagogia do desastre”, aproveitando um evento decisivo para impulsionar o imaginário e as vontades sociais para fora da distopia em que se encontra atualmente (Demaria et al., 2015). Um pouco como denuncia Naomi Klein (2007), quando acusa as elites políticas e económicas de “*nunca desperdiçarem uma boa crise*” para alterarem a normalidade a seu favor.

Ou seja, parte-se, no geral e no entendimento desta tese, do princípio de que o processo de descolonização do imaginário e de construção de novas ferramentas, práticas e entendimentos se

faz, não gradualmente no interior do sistema vigente, mas por via da experimentação prática, acompanhada de novas narrativas, que possam vir a “ocupar” os espaços narrativos esvaziados pelas crises do sistema e criados pelo estado de suspenso coletivo que estas provocam (Varvarousis, 2019). Isto sobre o pano de fundo atual de que outras narrativas, hoje já em ascensão por toda a Europa, se encontrem subitamente como única alternativa num futuro que imprima vazios de significado em populações inteiras, conseguindo atraí-las para a sua esfera e “soluções”, como tantas vezes aconteceu na história.

Assim, esta tese situa-se, temporal e pacientemente, num *“momento liminal entre o presente [distópico] que ainda tem de passar, e o futuro que ainda tem de chegar”* (Dalakoglou & Amsterdam, 2011, pp.14). Não esquecendo que a descolonização do imaginário social não é nunca um processo linear e gradual, mas um pautado por ruturas, assimetrias, acelerações e mesmo momentos de estagnação e retrocessos (Varvarousis, 2019), urge reflexões em torno de uma nova organização social que não esteja focada mormente em assegurar um crescimento económico contínuo e exponencial. Reflexões em torno de um sistema de organização social “transformativo” (Hollender, 2018), baseado no reavivamento dos “comuns” (Ostrom, 2007) e no “pós-crescimento” ou “decrecimento” (ver por exemplo (D’Alisa & Kallis, 2020; Hartley et al., 2020; Hollender, 2018; Latouche, 2007). Reflexões baseadas em análises históricas ou críticas das organizações socioeconómicas atuais, e que se ancorem na necessidade da emergência de uma nova teoria de estado capaz de enquadrar analiticamente as propostas de teorização de uma organização social para o decrecimento (D’Alisa & Kallis, 2020). E assumindo, também nestas reflexões, que o “estado” possa (entre outras possibilidades) vir a constituir-se apenas como mero mecanismo de cooperação inter regional que assegure estabilidades várias em contato, comércio e profunda ligação com as outras que a rodeiam – como já acontece em alguns lugares do mundo (Bookchin, Le, et al., 2015).

Faz-se isto, avançando reflexões que esposem também experimentações práticas, capazes de atrair imaginários e desejos, aptas a servir de “montra do possível”, perante o expectável caos resultante do “embate final” entre o capitalismo industrial e os limites biofísicos do planeta. Relembrando a bonita reflexão de Benasayag que, identificando a diferença conflituosa entre o campo dos possíveis teóricos e o campo dos possíveis “do mundo vivo”, alerta(mos) que é importante reconhecer e atuar nesta fronteira, e não (apenas) apelar à abolição de uma ou de outra. É, no fundo, aqui que se entende o comum e o sóbrio com uma construção permanente de um novo real, de onde emergem novas legitimidades políticas (Benasayag & Cany, 2021).

reestruturação dramática da economia, agora em condições de produção reduzida. A literatura sobre decrescimento tem pouco a dizer sobre a dinâmica de tal transição” (Varvarousis, 2019, pp.3).³⁶

E introduz-se também uma nota, num respirar fundo antes de continuar, sobre o efeito de sucessão de experimentações e iniciativas que parecem pequenas na sua escala ou impacto. Surgiu, numa das conversas informais coletivas conduzidas durante este doutoramento, uma “queixa” por parte de uma participante de um projeto comunitário, acerca da tantas vezes efémera natureza das iniciativas que iam surgindo (em Montemor-o-Novo, mas também além dele): *“muita gente se entusiasma com um projeto, que tem uma ou duas reuniões, várias ideias, uma ou outra implementação prática - mas assim que ganha algum “peso”, que exige mais trabalho, começa a ser abandonado pelos participantes iniciais”*. A resposta a esta observação veio de um botânico e permacultor, que equiparou esses pequenos projetos a silvas, ervas e flores, efémeras por natureza, mas pioneiras essenciais para a abertura do solo, para oferecer sombra inicial a pequenas árvores que apenas começaram a brotar, e mesmo para a produção de matéria orgânica uma vez mortas, cortadas ou arrancadas.

Uma analogia que se relaciona interessante e metaforicamente com a proposta de *expansão rizomática* de projetos comuns avançada, como veremos abaixo, por Varvarousis. E que se enquadra tão bem neste doutoramento, nesta co-construção de imaginários, e nesta abordagem profundamente diversa e a partir das bases.

4.2 - Narrativas (e) políticas alternativas

Dentro desta lógica de multidisciplinaridade, a governança policêntrica, noções de gestão coletiva de *commons*, abordagens feministas, a economia participativa e solidária, etc., são apontadas, aqui e por Hollender, como alguns dos principais paradigmas a explorar na experimentação e transição para modelos socioeconómicos de pós-crescimento (Hollender, 2018). Neste doutoramento, que confere

um maior foco às questões da descentralização do poder e da busca de alternativas apartadas a insidiosa necessidade de crescer economicamente para sempre, encontram-se contributos de algumas das mais importantes narrativas alternativas da atualidade: Os comuns e o seu foco no local, no partilhado, e na necessária robustez das relações humanas que os gerem; O Decrescimento, com a sua vertente crítica e desconstrutivista das realidades sociais vigentes, partindo sempre da

³⁶ Traduzido livremente do inglês

Justiça Social e Ecológica, que postula o desenvolvimento simultâneo da equidade entre as pessoas e a proteção ambiental; a Ecologia Social e Solidária, ancorada nos seus axiomas da democracia, solidariedade, gestão comum e móbil sem animo de lucro; E da democracia deliberativa, sobretudo na sua vertente de Municipalismo Libertário, onde se avançam noções de gestão autónoma cooperativa e descentralizada, princípios de ecofeminismo e ancoragem radical no real ecológico.

É das sinergias entre os ensinamentos partilhados por estas correntes paralelas e complementares que esta tese se nutre e constrói, buscando construir pontes de sentido e experimentar práticas e desenhos organizativos inovadores, emergentes da, e adaptados á, realidade estudada. Outras correntes existem, claro (como a REDD ou a do desenvolvimento humano), e muitas serão devidamente assinaladas – mesmo se não tão profundamente analisadas. E da conjugação escolhida (de correntes principais e secundárias na análise e reflexão sobre as problemáticas em mãos), surgirão os contributos e narrativas que serão trabalhados, cozinhando as novas perspetivas que serão avançadas neste doutoramento. O intento é que possam contribuir também para a combinação criativa de novas realidades e paradigmas socioeconómicos que aqui se procura conseguir começar a desenhar.

Comecemos pelos comuns, e os seus ensinamentos milenares. Na sua proposta de gestão coletiva de comuns, inspirada por uma vida de estudo em torno destes assuntos, Elinor Ostrom propõe o estabelecimento de pequenos grupos em autogestão em torno de bens comuns, usando mecanismos de proximidade, confiança e reciprocidade capazes de produzir novas normativas comuns (Ostrom, 2007). O uso de uma abordagem científica inter e multidisciplinar é essencial para se entender sistemas complexos nos seus variados níveis de interação e integração (Ostrom, 2007). De facto, para Ostrom as sociedades constroem-se em cima de 4 esferas fundamentais: A esfera privada, a pública, a tribal, e a comum (Forsyth & Johnson, 2014). A esfera privada refere-se à propriedade de alguma coisa por alguém. A esfera pública refere-se a tudo aquilo, como o sol por exemplo, que é “de todos”; a esfera tribal refere-se a um sentimento de partilha de um recurso por (dentro de) uma tribo, que é de todos os membros dessa tribo, mas a mais ninguém – podendo mesmo chegar-se a utilizar da violência para assegurar isso mesmo; e finalmente, a esfera comum que se refere a uma comunidade, muitas vezes fluida, organizada em torno de um recurso, tomando decisões relativas à gestão desse recurso de forma democrática e participada.

Elinor Östrom ganhou o prémio Nobel da economia em 2009, ao questionar a “tragédia dos comuns”. Esta era (e ainda é, de certa maneira, devido ao seu enraizamento popular) uma teoria social amplamente aceite desde que Hardin (em 1968) observou – por via de experiências controladas em laboratório – que, aquando a gestão de um bem coletivo por uma massa de indivíduos anónimos, a

procura de maximização individual por parte de cada qual terminava invariavelmente na sobre utilização do recurso comum (Wilson et al., 2013). Östrom oferece um olhar diferente, e vem demonstrar que, recorrendo a mecanismos de estabelecimento eficaz de governança horizontal e participada, bem como o foco na construção de confiança e reputação, o ser humano revela todo o seu potencial social, evitando a tal “tragédia dos comuns” (Ostrom, 2009). Mais ainda, Östrom avança 8 (oito) princípios que, se utilizados par a par com a necessária construção de confiança, reciprocidade e reputação entre os membros participantes na gestão do recurso comum, asseguram a boa e sustentável gestão desse recurso comum, sem que seja necessário recorrer à privatização ou ao controlo centralizado (de um Estado, por exemplo) – as “únicas” duas opções aceites anteriormente para responder à “inevitável” tragédia dos comuns. Assim, e depois de ter estudado vários grupos de pessoas na sua gestão de territórios e projetos em comum (baldios, projetos de habitação, etc.) (Wilson et al., 2013), Östrom identificou aqueles a que chamou princípios centrais para a eficácia (da gestão) de grupos, cuja aplicação ajuda a prever o sucesso ou insucesso de uma gestão em comum. Expõem-se aqui, pela importância que têm no desenho de estratégias e estruturas de governança interna de projetos como os estudados nesta tese de doutoramento, esses princípios centrais, seguindo a simplificação de Wilson (et al., 2013). São eles:

1. *Definir claramente o que é o recurso comum:* Com vários grupos a agir em simultâneo e em direção a um objetivo comum, há que tornar sempre claro i) qual o recurso em causa, ii) quem é parte de que grupo, iii) que objetivos tem esse grupo, e iv) que ações prevê esse grupo fazer para efetivar o seu objetivo.
2. *Promover benefícios à participação que superem os “custos” de participar,* e fazer com que os mesmos (custos e benefícios) sejam “distribuídos” de maneira igualitária. Ou seja, sendo que há custos em participar na gestão de estruturas comuns (tempo, “trabalhos de casa”, custos de transporte e alimentação, etc.), especialmente nos momentos de arranque de uma iniciativa comunitária, há que estabelecer e promover os benefícios de participar (comunidade, visibilidade, acesso a território, estruturas de implementação, promoção de projetos próprios, retorno financeiro, etc.). E essa “distribuição” deve ser feita de modo a que todos possam ter a mesma hipótese de beneficiar ou custear do projeto comum (recorrendo, por exemplo, a tiragens à sorte, por gestão solidária de fundos³⁷ do projeto, etc.).

³⁷ Tipicamente um mesmo local onde se guardam todos os benefícios financeiros das atividades de um coletivo, podendo-se aceder ao mesmo de acordo com as necessidades de cada membro. Ou seja, o dinheiro não é imediatamente distribuído, podendo no entanto ser usado ou levantado por membros do coletivo, por via

3. *Definição de métodos de tomada de decisão coletiva justa e empoderada*: para uma boa e sustentável gestão de um recurso comum há que estabelecer mecanismos efetivos de participação e empoderamento (por exemplo a utilização de métodos de tomada de decisão por consenso ou por consentimento assegura que ninguém tem de fazer nada que não quer fazer). Este tipo de gestão coletiva, para além de legitimar a ação coletiva, leva amiúde a melhores decisões, mais adaptadas ao contexto social, cultural, ecológico e económico em que o projeto se desenvolve. Assegura-se também que estas decisões/regras podem sempre ser contestadas e alteradas por quem participa na gestão do recurso comum.
4. *Monitorização*: Há que estabelecer mecanismos sociais ou estruturais que impeçam indivíduos de tirar vantagens indevidas (ganhando, fazendo ou deixando de fazer algo). Estes mecanismos são essenciais para se manter uma cultura de confiança e participação efetiva e de conexão, essencial à superação da chamada “tragédia dos comuns”.
5. *Sistemas graduais de sanções*: Não é necessário haver sanções pesadas para todas as transgressões sobre o que foi acordado coletivamente. Inicialmente podem haver métodos de “punição” ligeira, que podem/devem evoluir de acordo com o grau ou recorrência e gravidade da transgressão.
6. *Mecanismos de resolução de conflitos*: há que estabelecer meios de resolução de conflitos que sejam rápidos, eficazes, e vistos como legítimos por todos aqueles que participam na gestão do comum. A existência (consentida) de uma autoridade externa para a resolução de conflitos internos pode ter grande vantagens. De acordo com Wilson (2012), o recurso a anciões de comunidades vizinhas, sem interesse direto na gestão do comum em questão pode ser uma estratégia importante na dissipação de tensões e conflitos *in-grupo*.
7. *Mínimo de autonomia na capacidade de organização*: subgrupos da gestão do comum devem ter autonomia para tomar decisões dentro das suas esferas de competência – a definir pelo coletivo.
8. *Coordenação apropriada entre grupos específicos*: isto aplica-se sobretudo a grupos que consistem em ecossistemas sociais alargados. É de notar que para sistemas de governança alargados, é necessário encontrar a escala ótima para cada grupo ou esfera de atividade. É o que se nomeia de *governança policêntrica*.

De notar que, para além destes princípios centrais, Ostrom releva também a importância de princípios secundários, de adaptação às realidades socioeconómicas locais (Ostrom, 2009). De facto,

de processos transparentes, de solidariedade, e de confiança – precisamente os “antídotos” identificados por Ostrom para evitar a “tragédia dos comuns” (Ostrom, 2009).

experimentações sociais efetivas são vistas como os mecanismos mais bem apetrechados para levar à emergência de potenciais soluções para os problemas específicos de um complicado contexto socio ecológico em que se ancora cada comunidade (Kallis & March, 2015; Ostrom, 2007; Schutter, 2014) – o que justifica também a adoção da metodologia³⁸ para este projeto de investigação.

Não obstante o seu incrível trabalho em torno de um importantíssimo tópico de transição, uma das principais críticas feitas a Ostrom advém do seu interesse se ter focado apenas na gestão dos comuns, e não na expansão destes como alternativa aos modelos de gestão político-social económicos da modernidade (Hollender, 2016, 2018; Varvarousis, 2020). Ou seja, apontam a Ostrom ter focado o seu estudo numa abordagem meramente reformadora do sistema existente, deixando portanto intactos os elementos estruturais do crescimento económico exponencial, incluindo as causas das desigualdades sociais e insustentabilidades ecológicas, que gerem e permeiam as nossas sociedades modernas (Hollender, 2018; Varvarousis, 2019, 2020). E de, no mesmo registo, não se ter debruçado sobre a imensa capacidade de cooptação que o capitalismo exerce sobre práticas de gestão de comuns, tornando as mesmas “coniventes” com a manutenção da hegemonia do crescimento económico (Hollender, 2016, 2018).

Perante este alerta, recupera-se aqui o conceito de uma “confederação de municipalismos libertários” como avançada por Murray Bookchin para a organização de escalas administrativas mais alargadas – a nível nacional ou mesmo internacional (Bookchin, Bookchin, et al., 2015): explorando avenidas de replicação para a gestão dos comuns, sem perder de vista a inevitável confrontação com o capitalismo. E procura depois combinar-se este conceito com proposições em torno das várias propriedades que instituições capazes de promover uma expansão da gestão de comuns devem ter: i) comparabilidade (no sentido de poder ser inteligivelmente comparadas com outros sistemas, existentes ou não); ii) tradução (no sentido de tornar claros os preceitos e conceitos utilizados); iii) partilha de poder (estabelecendo mecanismos capazes de impedir a concentração de poder); e iv) dádivas (porque é por via deste mecanismo de união, proximidade e solidariedade, neste “dar sem esperar nada em troca”, que as ligações mais fortes se constroem) (Amaro, 2014; Stavrides, 2016).

Neste ponto, e procurando materializações práticas das teorias avançadas, responde-se aos vários apelos ao estudo empírico de iniciativas de democracia deliberativa, especificamente em Portugal (Ferreira, 2015; Guerra, 2010). Isto paralelamente à exploração de novos enquadramentos de gestão de comuns que permitam uma colaboração e cooperação alargadas e continuadas, desde as bases. A proposição aqui é a de estabelecer e estudar iniciativas locais, pluriversais, baseadas em processos prefigurativos (no sentido de viver desde logo “o mundo que se almeja”, em termos de

³⁸ De investigação-ação por via da etnografia crítica e participante completa

prática política e construção de comunidade), e em direção a objetivos gerais, dinâmicos e maleáveis (Hollender, 2016, 2018). É também por estas avenidas que se procura resgatar a cidadania do complexo internético desenfreado (agente de erosão das estruturas sociais, ambientais e democráticas, de dissolução da sociedade no sem fim abstrato do digital, e de uma pretendida produtividade constante e desumanizadora (Crary, 2022)), dando prioridade política ao estabelecimento de formas cooperativas e comunais de vida.

Assumindo uma iminente crise multidimensional como pano de fundo – tal como sugerido por Varvarousis, Kallis, Servigne, Bookchin, entre outros – procura-se então participar nos padrões sociais equiparados aos de uma *expansão rizomática*: padrões de surgimento espontâneo e espacialmente disperso, com vários nódulos ao mesmo tempo, numa espiral em aceleração, e/mas com grande instabilidade – no sentido que, aqueles que se afastam demasiadamente da sua “rede”, acabam por desaparecer rapidamente (Varvarousis, 2020). Na sua analogia social, é aqui que surgem os aspetos simbióticos, meta-comunais e de certa maneira entrelaçados (Angelis, 2017), embebidos em processos não lineares, abertos e com padrões difusos que permitem a sua expansão e multiplicação (Varvarousis, 2020).

Estas mesmas dinâmicas são aplicáveis aos apelos à replicação dos preceitos iniciais da Economia Social e Solidária, que sempre almejou desenvolver práticas e atividades que contribuíssem para a construção de novos paradigmas económicos capazes de oferecer caminhos coletivos e comunitários para o futuro (Amaro, 2014; Hollender, 2016; J.-L. Laville & Gaiger, 2009). A economia solidária avança uma oposição identitária à orientação geral do sistema, procurando remodelar “*modelos de comportamento a partir dos quais uma sociedade produz as suas práticas*” (Amaro, 2014, pp.13). Avança uma proposta de organização social em torno da cooperação, da autonomia, autogestão e do estabelecimento de *comuns*. Sugere uma gestão democrática dialógica, apoiada por espaços públicos de proximidade, capaz de nutrir novas culturas de solidariedade. E procura um ethos económico plural, utilizando por um lado a reciprocidade e gratuidade de trocas e interações, por outro os recursos de mercado obtidos em certas relações de troca e, por fim, os recursos públicos redistribuídos pelo Estado (J.-L. Laville & Gaiger, 2009).

No fundo, a economia solidária parece explorar um tipo de riqueza que não é exclusivamente financeira, mas sim comunitária e social – i.e. ter tempo livre, viver em comunidade, trabalhar com significado, experimentar uma aprendizagem contínua ao longo da vida, viver em proximidade à natureza, aceder a alimentação barata e de qualidade, etc. Aposta assim na construção da comunidade próxima e alargada e de relações de solidariedade, confiança e proximidade para construir redes de apoio que se revelam altamente valiosas em termos de resiliência e supressão de

necessidades básicas (aprovisionamento, segurança, aprendizagem, apoio parental, laboral e

66

intergeracional, etc.) – e outras (como culturais, cooperativas, de experimentação, desenvolvimento pessoal, etc.). E, importantemente, afirma-se como um mecanismo deliberado de estratégia de resistência de longo prazo contra o capitalismo, equiparando-se aos “comuns transformadores” identificados por Hollender (2016) na sua substituição gradual de práticas capitalistas. Fá-lo desconstruindo estas práticas e apresentando alternativas a muitas das estruturas e divisões normativas e relacionais que são essenciais à sobrevivência do capitalismo. Ou, como Hollender sugere – “*tornando o que é político em Comum*”³⁹ (Hollender, 2016).

É também por estas razões que o esforço de reinvenção da esfera pública por via do aprofundamento de práticas democráticas e da descentralização política, ocupará neste projeto de investigação um lugar central. Por um lado, porque o desenho de instituições de governança democrática e participativa parecem estimular o (des)envolvimento da cidadania, gerando soluções inovadoras para problemas comuns e para ação pública, e criando culturas de proximidade e regenerativas (Fraser, 1990; Fung, 2009). Este é um dos preceitos fundamentais da economia solidária, que possui uma forte componente política, e tem na democracia deliberativa um dos seus pilares fundamentais (Carvalho et al., 2020; J.-L. Laville & Gaiger, 2009). Ao promover práticas cooperativas, autogestão e o controle democrático dos meios de produção, esta corrente procura garantir que as decisões económicas sejam tomadas de forma coletiva, com equidade e ampla participação. Nela, a importância da democracia deliberativa é essencial para promover debates racionais e inclusivos, nos quais todos os cidadãos podem contribuir para as decisões que afetam suas vidas (Jürgen Habermas, 1991; Ott, 2012). Esta é uma componente central também na economia participativa que procura assegurar que ninguém é capaz de cooptar os resultados para seu próprio benefício, aumentando a equidade, empoderamento e motivação de todos à medida que os trabalhadores administram suas próprias atividades (Albert & Hahnel, 1991; Guerra, 2010). Com isto, de trabalhadores a mando de um empresário, no sentido marxista, passam assim a ser cooperadores, partes e participantes na estrutura de produção.

Assim, a economia solidária não se articula apenas como uma alternativa económica, mas também como uma forma de reforçar a prática democrática, na vida pública, mas também no local de trabalho (onde passamos uma significativa parte do nosso dia) assegurando, desde as bases e da prática quotidiana, a participação ativa e consciente das pessoas na construção de uma sociedade mais justa e igualitária (Singer, 2002).

A adoção consciente deste tipo de práticas e processos “protege” as iniciativas de estabelecimento de comuns das tentativas de cooptação do capitalismo. Fá-lo, criando alternativas

³⁹ Communing the political, no inglês original